



ATA N.º 18/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOZE DE JULHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Aos doze dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----

Presidente: Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta (PS)

Vereadores: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

José Manuel da Silva Santos (PS)

Joaquim José Lopes Batista Correia (CDU)

Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU)

João Manuel Pereira Afonso (PSD)

Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)

Às vinte horas e dois minutos com a presença da Técnica Superior, Dora Cristina Pinto Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Assim e constatada a existência de quórum o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, cumprimentou todos os presentes, e declarou aberto o período de-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, começou por apresentar um voto de saudação intitulado “Festas Populares de São Pedro 2023”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores Vereadores, -----
Quando encerram as Festas Populares de São Pedro, no ano de 2023, é com enorme satisfação e alegria que saudamos o enorme sucesso dessa grande realização, na qual, justamente, os montijenses se reviram com orgulho e sentido de futuro. -----

Com as Festas comemorámos o rio e a classe piscatória, esses extraordinários valores que fundaram Montijo. Montijo fez do rio a via para se encontrar consigo, com os outros, com o Mundo. -----

Comemorámos igualmente a tradição, projetando-a e redescobrimo o que nela foi impulso para o futuro, pioneirismo, abertura, modernidade. Foi também nesse espírito que recebemos os inúmeros forasteiros e visitantes, gentes e



povoações que se unem aos montijenses em nome da tradição e das suas raízes mais profundas. -----

Os homens e mulheres, as instituições, os povos e as povoações revêm-se nos símbolos que os unem e que lhes são memória, referência, inspiração. -----

Pudemos acompanhar, pelas funções que exercemos, o processo exaltante que foi conceber, planear e organizar as Festas Populares de São Pedro 2023.

Olhando para trás o caminho que percorremos foi extraordinário. -----

As Festas Populares de São Pedro 2023 foram uma obra que envolveu muitas pessoas, muitas instituições e muitos meios. É justo que se manifeste público reconhecimento, por várias formas, àqueles que conceberam, projetaram, dirigiram, executaram e tornaram possível este grande projeto cultural. -----

Assim, queremos, sem distinções de nenhuma ordem, deixar a mais veemente saudação e o profundo reconhecimento a todos os envolvidos, comissão de festas, associações, coletividades, tertúlias, trabalhadores municipais, pescadores, montijenses, pela grandeza que deram às Festas Populares de São Pedro 2023.”. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção seria apenas sobre a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, vulgarmente conhecida por Escola Profissional, acrescentando que o PSD e o próprio têm uma opinião muito positiva sobre o ensino profissional, sobre o trabalho da escola, sobre o trabalho dos professores/formadores e dos trabalhadores, dos alunos e considerou até que a escola se devia desenvolver para o ambicionado Pólo Tecnológico e que não fosse mais uma das promessas do Partido Socialista adiada. Disse que gostaria de dar conhecimento a esta Câmara Municipal de um conjunto de informações que lhe chegaram a conhecimento e que se prende com eventuais situações de enorme gravidade que se passam na escola e que a sua intervenção assenta naquilo que lhe foi relatado, escrito e documentado, e que irá carecer de esclarecimentos em determinados órgãos, nomeadamente na Câmara Municipal e órgãos de polícia criminal. Disse: “Chegou a meu conhecimento que a escola profissional está a viver um momento de alguma perturbação em resultado de existirem suspeitas, não confirmadas, mas que eu trago a esta Câmara Municipal, porque as suspeitas não confirmadas são relatadas de uma forma muito objetiva e muito credível, mas carecem naturalmente de prova, mas essas suspeitas prendem-se com várias coisas. Primeiro, a criação de cargos fantasmas, digamos assim, de consultores externos que são contratados a altos preços e pagos pelo orçamento da escola profissional sem justificação e sem funções que o justifica; segundo, violação das regras da contratação pública, essa também é uma das questões que me foi



informado; terceiro, duplicação de despesa e despesas redundantes; quarto, duplicação de participantes, de formandos em vários projetos; quinto, projetos sem atividade, do qual se recorreu a centenas de milhares ou dezenas de milhares de euros de fundos comunitários; sexto, favores políticos locais com a contratação de pessoas ligadas a militantes do Partido Socialista local; sétimo, contratação de pessoas sem qualificação que se sobrepõe a pessoas que têm qualificação na escola; oitavo, contratação de assessores externos com ascendentes sobre os funcionários comportando-se como se fossem superiores hierárquicos; nono, assédio moral sobre trabalhadores na escola; décimo, adjudicações contratuais de material de forma injustificada; décimo primeiro, favorecimento a empresas de ex-diretor e familiares do mesmo; décimo segundo, utilização de viaturas por familiares de ex-diretor; décimo terceiro, utilização de cartão de combustível por familiar de ex-diretor; décimo quarto, compras efetuadas em nome de outras empresas quando deveriam ser faturadas em nome da associação; décimo quinto, desconhecimento do paradeiro de equipamento da escola, designadamente equipamento informático; décimo sexto, disfuncionalidade do órgão de gestão, aparentemente há quem seja diretor de facto e quem é diretor de direito nomeado por esta casa não exerce cabalmente essas funções, havendo disfuncionalidade do órgão da direção. Estas são algumas das muitas denúncias que me fizeram, que estão documentadas e que eu trago esta Câmara Municipal, até porque eu sei que o Senhor Presidente da Câmara, penso eu, que saberá desta situação e eu gostaria de saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara, enquanto Presidente da Câmara Municipal pretende fazer relativamente esta questão, se é que pretende fazer alguma coisa, não pretende fazer nada, qual é a posição da Câmara Municipal perante estas alegadas situações, que pela sua gravidade e pelo seu rigor descritivo, penso que merecem uma abordagem por parte da Câmara Municipal e, portanto, a primeira questão que eu coloco ao Senhor Presidente da Câmara, para que não haja dúvidas, o PSD não mete as coisas debaixo do tapete, gostaríamos de saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara e o Partido socialista pretendem fazer relativamente a esta temática?”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, esclareceu que o Gabinete da Presidência recebeu também um documento de denúncia anónima sobre alegadas práticas irregulares na Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, tendo o mesmo sido tempestivamente encaminhado para a Vereadora Maria Clara Silva, que, como é do conhecimento da câmara, é a representante da câmara nos órgãos sociais da associação. Referiu que os autores anónimos da denúncia informam no documento que apresentaram queixa no Ministério Público, pelo que considera



importante deixar, nesta fase, a justiça funcionar sem interferências políticas. Contudo, informou que o documento de denúncia anónima enviado para a câmara aguarda, em respeito pelos canais institucionais, as diligências junto dos órgãos da associação, no sentido de recolher toda a informação e toda a documentação necessária sobre cada uma das situações denunciadas, bem como está previsto a realização de reuniões, no sentido de averiguar os elementos que sustentam a denúncia anónima, uma com os colaboradores da associação, e outra pela convocação de uma assembleia geral extraordinária. Informou ainda que, ulteriormente, será realizada uma auditoria externa aos procedimentos denunciados, bem como a todos os documentos apresentados pela associação para o esclarecimento da denúncia anónima. Lembrou que só é possível aos autarcas determinar um processo de averiguação dos procedimentos e de auditoria, porque os atuais estatutos da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo o permitem. Recordou que, no passado, as oposições defenderam nos órgãos municipais, uma posição política a favor da alteração dos estatutos da mesma associação, isto é, defenderam a designação do Presidente da Direção sem intervenção da câmara, e caso essa proposta tivesse tido vencimento, hoje a câmara seria incompetente para auditar os procedimentos de gestão da associação. Referiu que, ao contrário do que é inferido nas palavras do Vereador do PSD, foram os autarcas socialistas que estiveram na primeira linha a favor do desenvolvimento do ensino profissional em Montijo, recordando a responsabilidade do executivo socialista na proposta para a aquisição do novo imóvel para a instalação do Conservatório Regional de Artes de Montijo, a responsabilidade na obra de construção do novo edifício para a Escola Profissional de Montijo, a responsabilidade no processo de aquisição dos imóveis ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), para a Casa Europa, e agora, a responsabilidade assumida no licenciamento das obras para a construção dos novos edifícios para os espaços oficinais. Rejeitou, por isso, qualquer retórica política que pretenda falsear a responsabilidade com que os autarcas socialistas sempre acompanham o ensino profissional em Montijo, afirmando que o mesmo não se pode dizer sobre o acompanhamento dos autarcas do PSD. Afirmou ainda que a denúncia anónima preocupa todos os autarcas, em particular os do Partido Socialista, porque coloca em causa uma instituição nuclear do ensino em Montijo, sublinhando que os montijenses podem confiar que a verdade será apurada em todas as suas dimensões. Afirmou ainda que ninguém está acima da lei, no entanto, nestes processos de denúncia anónima está em causa o bom nome das pessoas, por isso os autarcas devem tentar pautar as suas intervenções pela contenção verbal, e evitar entrar em processos de populismo, porque todas as



situações denunciadas têm de ser averiguadas e comprovadas. Acrescentando que, para já, a Câmara Municipal de Montijo mantém a confiança nos órgãos dirigentes da associação, na Presidente da Direção Dr.^a Teresa Carvalho, e espera que tudo seja esclarecido, para bem da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, para bem do ensino profissional, para bem do desenvolvimento de Montijo, para bem da coesão social e para bem dos alunos mais vulneráveis. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que como o Vereador João Afonso teve a oportunidade de dizer recebeu este email, e que tem conhecimento que foi enviado ao Senhor Presidente e apenas a um membro da assembleia geral, que enquanto responsável pelo pelouro não o recebeu. Disse ainda que assim que o Senhor Presidente lhe transmitiu reuniu com a Presidente do Conselho da Administração da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, que está agendada uma reunião com o Conselho de Administração para o dia seguinte e que será ainda agendada uma assembleia geral extraordinária, porque a Câmara Municipal não é detentora única da associação, portanto há mais membros e irão reunir todos. Disse que, entretanto, solicitou à Presidente do Conselho de Administração que documentasse algumas das afirmações que valem a pena avaliar, como a contratação pública, porque de resto considera que pode ser mal-estar de alguém que não gosta da situação, salientando que quando o professor João Martins avaliou, com o nome dele, milhares de euros para pagar os vencimentos aos funcionários ninguém veio fazer nenhuma alteração, nem diz isso na denuncia e devia dizer, veio o Vereador dizer que a câmara devia pagar os vencimentos. Disse ainda que, como o Senhor Presidente bem disse, “à justiça o que é da justiça” e que o que diz o email é “participação ao Ministério Público de indícios de fraude, corrupção e gestão danosa”, portanto, presume-se que a pessoa que enviou esta informação fez uma participação ao Ministério Público. Disse que também tem conhecimento que o Vereador João Afonso já pediu uma reunião e que teve hoje uma reunião com a Presidente do Conselho de Administração, considerando que o que está em causa e o que querem avaliar são as questões relatadas que podem ser consideradas de fraude e corrupção. Disse ainda que desde que o Senhor Presidente tomou posse a escola profissional passou a cumprir as regras da contratação pública, que sabem que não é fácil, que no programa Erasmus é complicado, mas tem-se feito um esforço e conseguido equilibrar as situações, salientando que irão até ao fim para saber a verdade destas acusações. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que este assunto é bastante grave e importante e que no plano criminal, isso é tratado nos



tribunais, mas aqui, perante afirmações graves têm de tratar no plano político, de gestão e financeiro e que não se pode dizer que este assunto é “chutado para o Ministério Público e ficamos aqui com umas tímidas iniciativas e fazer de conta que depois fazemos alguma coisa e não fazemos grande coisa”. Disse ainda que há muito tempo que ouve situações destas e que pela primeira vez há uma concretização, considerando que faria sentido, face à gravidade e importância da escola e, atendendo a que todos os Vereadores foram envolvidos neste processo porque lhes foram comunicados diretamente esta situação, que os vereadores da oposição também participassem nessa reunião. Disse que para além deste email que recebeu tem outras informações que considera serem relevantes e que gostaria de saber de viva voz das pessoas envolvidas o que efetivamente se passa na escola profissional e sugeriu, porque considera positivo do ponto de vista democrático e de transparência, que a Câmara Municipal e a maioria do Partido Socialista permitisse que a CDU e o PSD participassem numa reunião privada e contribuíssem para o esclarecimento da verdade. Disse ainda que uma auditoria externa vai no bom sentido, para determinar efetivamente a gestão e os procedimentos, porque a parte criminal fica para os tribunais. Disse ainda que do email recebido, não percebeu com toda a certeza se teria sido feita participação ao Ministério Público, e que atendendo a não ter tido essa certeza e à relevância criminal e jurídica, remeteu o processo para o Ministério Público e requereu a sua constituição como assistente no processo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, disse que lamenta profundamente o oportunismo político do Vereador do PSD, que num caso que ainda está por esclarecer, procura a todo o custo fazer considerações políticas pouco sérias sobre os dirigentes da Escola Profissional, lembrando que ninguém está acima da lei, mas também que todas as pessoas merecem a presunção de inocência até prova em contrário. Considerou estranho o interesse do Vereador do PSD em requerer a sua constituição como assistente no processo apresentado no Ministério Público, porque, das duas uma, ou existe da parte do Vereador do PSD uma grande certeza nos elementos que sustentam a queixa anónima que lhe foi apresentada, ou o Vereador do PSD entende ser uma oportunidade para desferir um ataque gratuito à Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, tal como tem feito a outras associações do concelho. Disse discordar profundamente da luta gratuita do PSD contra o movimento associativo, lembrando a intervenção nefasta do Vereador do PSD nos Bombeiros de Montijo, na Misericórdia de Montijo, no Motoclube de Montijo, no Juventude Futebol Clube Sarilhense, na Tertúlia Tauromáquica Montijense, e, agora, na Associação para a Formação Profissional e



Desenvolvimento de Montijo. Relativamente a futuras reuniões com os órgãos sociais da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, disse que considera incorreta e ilegal a participação de corpos estranhos nas reuniões formais das associações. Contudo, disse que caso seja justificado, em momento oportuno, poderá ser agendada uma reunião informal entre a Presidente da Direção da associação e os Vereadores da câmara, mas cada Vereador ou Partido Político é livre de solicitar as reuniões que bem entender e com quem entender. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e confirmou que os vereadores da CDU receberam a participação ao Ministério Público. Disse que é uma participação anónima e que não fazem “assassinatos de carácter *a priori*”, que o Ministério Público deve seguir o caminho da justiça e que no final se tiram as ilações políticas. Disse ainda que na primeira reunião deste ano de 2023, quando foi apresentado o quadro do mapa das reuniões de câmara, a bancada da CDU tentou fazer a marcação das reuniões descentralizadas e que o Senhor Presidente pediu, devido aos problemas técnicos e meios humanos que envolvem estas reuniões, que tivessem alguma confiança para a marcação dessas reuniões descentralizadas. Contudo, chegados aqui, estão no mês de julho e ainda não fizeram nenhuma e portanto, a confiança está um “bocadinho abalada”, dizendo que os trabalhadores têm de fazer um trabalho até horas às vezes “impróprias”, porque saem muito tarde e merecem todo o respeito”, pelo que não queriam que acontecesse o mesmo que no ano passado, que fizeram as reuniões de seguida e não foram todas, alertando para a marcação das reuniões com algum intervalo para que os trabalhadores também não sejam penalizados por isso. Disse ainda que solicitou as contas relativas à descentralização na área da educação no concelho do Montijo, que o Senhor Presidente enviou um mapa, contudo, não vêm as contas todas, dizendo que está em falta, entre outros, o centro escolar do Afonsoeiro e os contentores da escola D. Pedro Varela e que mesmo assim se constata um déficit, considerando que vai ao encontro daquilo que a CDU tem tido, que isto não é uma descentralização é uma desconcentração de serviços e que vem prejudicar os municípios e o ensino em trezentos e oito localidades, que é o número de municípios em Portugal. Disse ainda que hoje, felizmente, o Município de Montijo ainda tem capacidade financeira, mas se fizer as escolas que necessita e os arranjos que algumas escolas necessitam, provavelmente, o dinheiro que a Câmara Municipal tem desaparece todo, por isso deixa este alerta, considerando que de “hoje para amanhã” vão ter esse problema, só com as escolas. -----



O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, relativamente às reuniões descentralizadas, informou que as mesmas estão em calendarização pelos serviços, sendo a primeira apontada para a Freguesia de Pegões. Disse que importa esclarecer o que tinha referido anteriormente, por forma a evitar interpretações abusivas. Assim, reiterou que a logística das reuniões descentralizadas é difícil pelas transmissões em direto, em particular pela qualidade do sinal digital presente em cada Freguesia. Relativamente à descentralização na área da educação, referiu que os valores informados à oposição são os mesmos que foram reportados pelos serviços de educação no SIIAL - Sistema Integrado das Autarquias Locais, considerando que não existem omissões nos dados disponibilizados. Relembrou que a gestão das escolas, do primeiro ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar, são competência direta dos municípios, por isso, com exceção dos Assistentes Operacionais, as escolas municipais não podem ser consideradas nos custos relativos à descentralização na área da educação. Na verdade, disse que a atual descentralização na educação abrange os funcionários das escolas do segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, bem como a manutenção anual dos respetivos edifícios escolares, que em Montijo tem uma exceção, a Escola Secundário Jorge Peixinho. Informou que de acordo com a lei, a construção, a ampliação, a requalificação dos edifícios descentralizados, serão enquadradas em futuros acordos específicos com o Ministério da Educação, porque são investimentos de grande dimensão que exigem a participação do Estado Central. Confirmou a existência de ligeiro défice financeiro, entre os gastos municipais e os apoios enviados pelo Estado, mas não pode ser esquecido que o investimento municipal é realizado com o objetivo político de melhorar as condições da escola pública em todo o concelho, lembrando que o mesmo dinheiro é sempre melhor aplicado localmente do que centralmente. Afirmou que nos últimos 25 anos de gestão autárquica socialista, foram realizados avultados investimentos na modernização da escola pública, a escola para todos, e que o município continua comprometido com mais investimento na educação e na escola pública, designadamente na construção do Centro Escolar de Pegões, na requalificação da Escola Básica dom Pedro Varela e na requalificação da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra. Assumiu como prioridade política dos autarcas socialistas a educação, com mais investimento na educação, com mais escolas públicas, com melhores condições para o ensino, com melhores resultados no aproveitamento escolar, com mais alunos na escola pública. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, demonstrou satisfação com a informação prestada sobre os alunos/as do concelho e disse que



relativamente às questões financeiras que o Senhor Presidente havia dito que conta com algum apoio do Estado Central, contudo, considera que o grande problema é que existem mais “desconcentrações” a caminho noutras áreas que vão onerar mais as câmaras municipais, porque o “bolo” todo junto faz com que as câmaras não tenham dinheiro para todas as situações, que está a olhar para o futuro e por isso quer alertar os cidadãos para os problemas que vem aí. Disse ainda, relativamente ao ensino profissional, que este ensino é 95% pago por fundos comunitários, questionando sobre o que acontecerá quando acabarem os financiamentos comunitários, considerando que esta situação também devia ser vista e os problemas estruturais da sociedade, porque agora dizem “está tudo muito bonito”, mas que estas situações “pode-se tornar uma situação de terror para os cidadãos” e que é isso que alertam. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, esclareceu, relativamente ao mapa da educação referido pelo Vereador Joaquim Correia, que o que consta no referido mapa são as despesas cofinanciadas pela descentralização. Disse ainda que a Câmara Municipal podia ter mantido os pavilhões em madeira com buracos, como o Ministério da Educação manteve, porque o Ministério da Educação não vai pagar os contentores. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse que a Vereadora Maria Clara Silva só vem dar razão à CDU, porque o ensino deve ser universal e que compete ao Estado Central manter essa universalidade, e que o que se está a passar neste país é o Estado Central estar a mandar para as autarquias o que considera “um tóxico”, considerando que o grande problema é ter trezentos e oito ensinos diferentes. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, em resposta ao Vereador Joaquim Correia disse que o Vereador não concorda com a descentralização, que é uma questão ideológica, mas que pelo contrário, consideram que quem está mais perto faz melhor e que têm provado isso na área da educação. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que estranhamente ou não, como já vem sido habitual, não recebeu nenhuma denúncia e por isso não vai se pronunciar sobre um assunto que desconhece, que apenas pode dizer que sempre defendeu e defende, que no desporto, na vida pública, na religião que se faça justiça e que se dê tempo para a justiça atuar. Disse ainda, sobre a limpeza e higiene urbana o seguinte: “O Montijo em tempos já foi motivo de orgulho de todos os montijenses pelo cuidado que havia no espaço público, tanto na higiene urbana como na lavagem de ruas regularmente, e essa lavagem acontecia sempre após



a recolha dos resíduos, ou seja, passava o carro de recolha dos resíduos, e depois passava o carro a lavar e desinfetar as ruas. Nos últimos anos não se lavam, nem se desinfetam as ruas regularmente, e basta passear a pé pelo Montijo para verificar vários pontos da cidade em que os passeios estão imundos, cheios de ervas e muitos locais a cheirar a urina. É evidente que também existe falta de civismo, porque todas as pessoas sabem que não podem urinar no espaço público, mas também existe falta de limpeza e higiene no espaço público. e é da responsabilidade da autarquia tudo fazer para manter o espaço público com dignidade, para que todos os montijenses se orgulhem da sua terra, e também é para isso que pagamos impostos, para que a autarquia cuide do espaço em conjunto com todos nós. No pós-festas, ainda se acentua mais a necessidade da lavagem das ruas, porque como todos sabemos e vemos durante as festas acontecem mais alguns excessos que sujam as ruas. Na zona das festas só o Largo Conde Ferreira e a Rua Humberto Sousa foram lavadas, não se lavou nem a rua Alexandre Herculano e D. Pedro Varela e mais uma vez, já o ano passado trouxe este assunto aqui, os munícipes solicitam porque nestas ruas é um cheiro muito forte a urina, o que é desagradável para quem lá mora. Mas, existem mais locais desses, nas traseiras da junta de freguesia, para o lado da SCUPA existe um local que ao passar a 50 metros é um cheiro a urina insuportável, quando viramos da avenida dos pescadores para a praça da república, aquele passeio também está imundo, sabemos que houve ali um espaço de diversão noturna, mas ou começamos a exigir aos espaços de diversão noturna que lavem também o espaço público da mesma forma que têm de lavar o espaço interior ou então temos de ser nós enquanto autarquia a fazer esse trabalho. Outro assunto que também trouxe aqui a algum tempo, foi enviado um email a onze de abril, é o assunto do Esteiro da Quebrada, que inclusivamente o Vereador Joaquim Correia também já trouxe aqui e continuamos sem resolução, inclusive existe um carro abandonado no meio do mato. Solicito ao Senhor Presidente que fale com os serviços e reforce a lavagem das ruas, limpeza e das ervas nos passeios.”. Disse ainda, relativamente à escola dos Afonsos, que é importante que os alunos façam as refeições no espaço escola, porque os alunos ao serem deslocalizados para outro lado ficam privados do seu espaço de recreio, salientando que todos os que trabalham na educação sabem que um aluno tem muito mais predisposição para aprender e muito mais foco durante o período da aula se tiver um período onde pode brincar, correr, pular e exteriorizar todas as suas energias e que ao privar os alunos desse espaço, desse período de tempo para descansar, também não estão a dar as mesmas condições de outras escolas. -----



O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, estranhou o facto de alguns dos Vereadores não terem recebido o documento da denúncia anónima sobre práticas alegadamente irregulares na Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, designadamente a Vereadora Maria Clara Silva, o Vereador José Manuel Santos e o Vereador Ilídio Massacote. Sobre a limpeza e higiene urbana disse que, nos últimos anos, as cidades têm tido problemas nos serviços de limpeza em resultado da falta de funcionários, e que no caso de Montijo essas deficiências têm sido colmatadas com contratação externa de serviços de limpeza e higiene urbana. Disse ainda, relativamente às ervas nos passeios, em complemento do anteriormente dito, que presentemente os serviços recorrem obrigatoriamente ao corte mecânico das infestantes nos passeios, o que manifestamente é um método menos eficaz, quando comparado com a aplicação de herbicidas mais tóxicos e residuais, porque o corte mecânico raramente elimina a parte radicular da planta. Relativamente à lavagem das ruas, informou que os espaços públicos são lavados em articulação com os corpos de Bombeiros, no entanto, após as festas muitos passeios ficaram sujos, tendo sido contratadas empresas da espacialidade para a limpeza dos passeios mais afetados. Aceitou que nos períodos pós festivos, é necessário que os serviços possam vir a acautelar uma lavagem mais frequente dos passeios mais castigados. Quanto ao corte de ervas no Esteiro da Quebrada, disse que o serviço já tinha sido efetuado, mas que, irá novamente alertar os serviços para novo corte de ervas e limpeza do local. Disse ainda quanto ao veículo abandonado que iria informar a situação aos serviços de fiscalização municipal. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que os vereadores da CDU receberam a denuncia via email no gabinete da CDU da Câmara Municipal. Disse ainda que acompanham a saudação às Festas Populares de São Pedro, contudo, consideram estranho que o Senhor Presidente não tenha feito a mesma saudação às Festas Sarilhos Grandes, uma vez que também é Presidente do concelho e uma vez que as mesmas já se realizaram, e uma vez que isso não aconteceu, saudou as festas em honra de São Jorge, em Sarilhos Grandes, a junta de freguesia de Sarilhos Grandes, a comissão de festas e toda a população de Sarilhos Grandes. Quanto à descentralização na educação, disse que já se ouviu, por diversas vezes, o Senhor Presidente a dizer que é contrário à municipalização da educação, no entanto, considera que as suas afirmações são bastante contraditórias, porque é verdade que enquanto eleitos no concelho do Montijo não há dúvida que estão para defender os interesses dos montijenses, mas que lhe custa ouvir este discurso sectário, de cada um ter “a sua



quintinha”, acrescentando que a descentralização promove exatamente isso, ou seja, as várias velocidades, o município que tem dinheiro consegue assegurar, quem não têm já não tem essa capacidade e a “guerra” entre municípios. Disse que é uma responsabilidade do governo central, que a educação deve ser universal e deve ser igual para todos, considerando que não é assim que se defende os interesses dos portugueses, e por consequência os interesses dos montijenses. Disse ainda que se defendem que “quem está mais perto faz melhor”, então que se avance de uma vez com a regionalização, porque isso sim, poderia ajudar a resolver. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, ainda no uso da palavra, leu uma **moção**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

"No dia 5 de julho foi publicada a Portaria n.º 190-A/2023, que procedeu à segunda alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto, que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches. Para o efeito, o Governo ouviu a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas, a Confederação Cooperativa Portuguesa, e a Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular. -----

Contudo, não ouviu os principais interessados, nomeadamente, entidades ligadas aos direitos das crianças, os sindicatos, e os trabalhadores da educação. A portaria de 5 de julho é extremamente prejudicial para os pais trabalhadores, mas sobretudo, para as crianças. -----

Estas novas normas são um enorme retrocesso. A publicação desta Portaria demonstrou, mais uma vez, a opção do Governo em não garantir a qualidade, assente no superior interesse da criança. -----

Representando menos qualidade e tempo dedicado ao cuidado de bebés e crianças pequenas, a portaria alterou as normas reguladoras das creches: -----

- a) Aumentando o número de crianças por sala, sem considerar os rácios de trabalhadores; -----
- b) Permitindo a abertura noturna e aos fins de semana; -----
- c) A instalação de creches em contentores; -----
- d) A dispensa de requisitos em Universidades, Hospitais, Empresas e Entidades públicas; -----
- e) E ainda, dispensando o licenciamento e requisitos sanitários para a reconversão de espaços, comprometendo a qualidade dos mesmos, -----

Esta Portaria demonstra, também, a falta de vontade política do Governo PS em alterar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, com o aumento dos salários, a regulação e redução dos horários de trabalho. -----



Essas sim, permitiriam a verdadeira conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar. -----

A decisão do Governo foi a de aumentar o número de vagas, sem qualquer critério pedagógico, sem aumentar o número de trabalhadores, o que põe em causa a qualidade da oferta! Este aumento do número de vagas continuará a não responder às necessidades impostas pela dificuldade do acesso à creche por todas as crianças, situação que só se resolveria com a criação de uma rede pública de creches, que garantiria o acesso a todas as crianças de forma gratuita. -----

Esta decisão vai contra o conhecimento científico sobre os primeiros anos de vida das crianças. O interesse das crianças está no acesso a creches de qualidade, com menos crianças por sala, mais profissionais disponíveis e durante menos horas. -----

Mas, a portaria segue na direção oposta, transformando creches em depósitos de bebés e crianças. -----

Os bebés e crianças têm direito a um cuidado e a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. São urgentes melhores condições de trabalho para os pais e cuidadores, com horários regulados, sem precariedade e com estabilidade para que possam usufruir plenamente do crescimento das suas crianças. -----

Estas medidas afetarão a qualidade de trabalho e o melhor desenvolvimento dos nossos munícipes mais pequenos, assim e pelo acima exposto, a Câmara Municipal de Montijo, reunida a 12 de julho de 2023, delibera: -----

- 1- Mostra-se contra estas medidas prejudiciais para os pais trabalhadores, mas fundamentalmente para o desenvolvimento e cuidado dos bebés e crianças; ---
- 2- Instar o Governo a reconsiderar a decisão e a tomar medidas dando prioridade ao superior interesse da criança.”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, esclareceu que jamais lhe passou pela cabeça que, ao saudar as Festas de São Pedro, se possa inferir que a câmara deixa de saudar outras festividades populares, as Festas Populares de Sarilhos Grandes em Honra de São Jorge e de outras Freguesias. Pelo contrário, disse que a câmara apoia e saúda sempre todas as festividades populares, as Comissão de Festas, as associações envolvidas e as gentes. Mais, afirmou que as Festas em Honra de São Jorge foram sobretudo fruto do trabalho da câmara e da Junta de Freguesia, considerando injustas e injustificadas as palavras do Vereador da CDU. Esclareceu ainda que apesar da Oposição estender abusivamente o tempo antes da ordem do dia, não pode perde a noção das intervenções dos membros da câmara, lembrando que o Vereador José Manuel Santos irá ainda nesse período saudar, em nome da



câmara, o sucesso das Festas Populares de Sarilhos Grandes em Honra de São Jorge e de outras festividades do concelho. Relativamente ao processo de descentralização em curso, considerou que a posição política assumida pela CDU contra o processo, conduz normalmente a intervenções descabidas e pouco rigorosas. Por exemplo, disse que a história do Poder Local Democrático, nas autarquias e regiões autónomas, demonstra claramente a maior capacidade e proximidade dos autarcas na resolução dos problemas e anseios das populações. Considerou mesmo que a criação das democracias locais aprofundou e consolidou a democracia em Portugal. Por isso, disse que o caminho para continuar a melhorar a democracia é dar mais competência ao local, e limitar mais o poder do Estado Central. Afirmou que esse processo de descentralização tem de ser construído com equilíbrio de meios e recursos, com parcerias e acordos escritos e viáveis, e com coesão social e territorial. -----

Admitida por unanimidade a **moção** apresentada pela CDU, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, colocou seguidamente à discussão.

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que ao ler a presente moção, que certamente não se está a falar da portaria que foi publicada, primeiro porque Portugal tem um défice de creches e segundo a questão dos horários, que é referida na moção, é uma questão solicitada pelos pais, são eles que solicitam que os horários sejam mais alargados, porque nos dias de hoje, os horários de trabalho não são das nove horas às cinco horas, que inclusivamente no setor público se ponderou em haver um jardim de infância que funcionasse até mais tarde, porque na maioria dos casos os pais têm grandes dificuldades em, às dezanove horas, irem buscar os filhos. Considerou que este agilizar de horários só beneficia os pais e que não os prejudica, porque só é utilizado por quem necessita e têm que o justificar. Quanto à dispensa de requisitos em universidades, disse não ser verdade, porque é referido pela portaria que tem de existir condições de conforto e segurança para as crianças. Quanto ao aumento de número de crianças, só são permitidas mais duas crianças, desde que estejam garantidas as áreas mínimas que constam no n.º 5 e no n.º 6 do artigo que não foi alterado e que se mantém. Considerou que esta alteração à portaria veio responder, ao contrário do que é dito pela moção, às necessidades das famílias, para responder há falta de vagas em creches e às necessidades dos pais. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que esta questão das creches é muito relevante para os pais que têm crianças nesta idade, e que o problema não é tanto a portaria, até porque a portaria veio melhorar em alguns aspetos, mas também piorou em outros, como o aumento de crianças por sala



que considerou negativo. Disse que recorda que o Partido Socialista, nesta temática, no último programa eleitoral, prometeu aos portugueses mais vinte mil vagas nas creches, depois prometeu quinze mil vagas, de seguida prometeu dez mil vagas e que, aquilo que é certo é que, desde o início dessas promessas não sabe onde estão as vagas prometidas. Disse ainda que, existe uma grande diferença entre aquilo que é a retórica do Partido Socialista e aquilo que é realidade, sendo que a realidade é que o Partido Socialista tem cobrado, nos últimos orçamentos, milhares de milhões de euros a mais e, ao contrário daquilo que promete, não executou medidas sociais, considerando que a portaria não é a questão essencial, mas sim as promessas que ficam por cumprir, numa necessidade social para os pais que pagam impostos como nunca, que o problema é estrutural e o país não tem o problema estrutural resolvido, ao contrário das promessas feitas pelo Senhor Primeiro Ministro. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse estar em desacordo com a moção, porque a portaria veio, de alguma forma, retificar alguns assuntos que estavam errados e concordou com o que foi dito pela Vereadora, relativamente aos horários dos trabalhadores e à necessidade da flexibilidade dos horários dos infantários, que sirvam para as crianças e para os pais que trabalham. Quanto ao aumento de duas crianças por sala, disse que desde que exista condições, porque neste caso tem que se olhar para o problema no seu todo, porque a maior parte dos infantários de rede social e de rede privada, são deficitários, porque desde o ano de dois mil e sete até aos dias de hoje o valor dos acordos foram aumentados em dezassete cêntimos, o que considera ridículo e que, tem de se olhar para o problema num seu todo, e não haver dogmas de ter apenas uma rede pública, porque pode ser uma parceria com a economia social ou com os privados, sendo que no Montijo existem diversas creches privadas que prestam serviço público. Reiterou que tem que se olhar para o problema na sua globalidade e não ter o dogma de que o Estado “tem que se substituir a tudo e a todos”, porque o dinheiro do Estado é infinito e a prova disso é a carga fiscal que existe atualmente em Portugal. -

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse que consideram claro que a presente moção não é acompanhada pelas restantes forças políticas, que esta questão não tem que ver apenas com portaria, que a portaria é o mote, porque no entendimento da CDU, vem agravar e mostrar que o governo do Partido Socialista pretende ir no sentido errado. Disse que a CDU defende uma sociedade, em que as pessoas têm o direito de passar tempo com os seus filhos e que “faz-nos um bocadinho de confusão”, que esse direito não seja defendido também pelo PS, e que é isso que está a ser dito na presente moção. Disse ainda que, quando é dito na moção para que se altere as condições de



trabalho, para que aja a retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, o aumento dos salários, a regulação e redução dos horários de trabalho, o fim da precariedade, tudo isto é que ajuda a que exista mais tempo para se passar em família, ou seja, em vez de atacarem e resolverem o problema, vão abrir creches vinte e quatro horas por dia, porque é isso que a sociedade precisa, por isso a CDU não consegue acompanhar. Acrescentou que é isso que esta portaria veio fazer, que é exatamente aquilo que é defendido, tanto pelo PS como pelo PSD, que é aumentar o horário das creches, porque tem que se adaptar aos horários “abusivos” que se praticam atualmente em Portugal e não resolver a questão dos trabalhadores e dos pais trabalhadores, que é adaptar aquilo que está mal e tornar as creches “depósitos”. Disse que é uma questão ideológica e que quanto ao facto de a creche ser pública ou privada, disse não comentar essa questão, porque é também uma questão ideológica e que obviamente, o PSD tem todo o direito de ter essa posição, mas que não é a posição da CDU. Em relação à portaria e quando foi referido pela Vereadora que, “desde que salvaguardadas as condições de conforto e segurança das crianças (...)”, disse que isso é completamente subjetivo, porque quando no artigo n.º 17, ponto n.º 11, ponto esse que também foi criado, refere: “Em função das características dos edifícios existentes, podem ser dispensados requisitos (...), desde que salvaguardadas as condições de conforto e segurança das crianças.”, considera que “isto não é nada” e não cria qualquer critério e que apenas dá azo a que se façam creches em todo o lado, para além de as creches “podem-se instalar” em contentores modelares. Disse ainda que apresentam a presente moção, porque consideram que o PS está a ir no caminho errado e que não é desta forma que se melhora a sociedade e que se garante que os pais tenham tempo para acompanhar o crescimento dos seus filhos. ----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse que ao ouvir a Vereadora Maria Clara Silva, parecia estar a ouvir o Ministro da Justiça, do governo do PSD, quando aumentaram o número de presos por cela, considerando que o princípio é o mesmo, ou seja, o PS quer resolver o problema não criando qualidade, mas “para inglês ver”. Questionou ainda ao Vereador Ilídio Massacote, se tinha preferência que os seus filhos estivessem numa creche em que por sala estivessem seis crianças ou que tivessem oito crianças?, porque por aquilo que foi dito pelo vereador, preferia que tivessem oito crianças, porque o vereador vê os “cifrões” em vez de ver as crianças. Disse ainda que, aquilo que a CDU quer e que o Estado deveria fazer, é a existência de uma rede pública de creches, tendo sido isso que o PS prometeu, mas como não conseguem implementar essa rede pública, resolve colocar mais crianças por sala e até arranjar uns contentores para abrir creches, não esquecendo que



anteriormente se fechou algumas creches, porque não tinham condições, mas que hoje, abrem a porta a que essa creches possam voltar a trabalhar, porque os níveis de qualidade se vão alterando. Disse que são questões estruturais da sociedade que se quer para o futuro, porque as empresas, estão como o vereador do PSD, só vêm os lucros e não veem a responsabilidade social e por isso, muitas desregulam os horários e trabalham por turnos, quando nem necessidade disso têm, considerando que deviam de ser penalizadas por isso, porque estão a penalizar os trabalhadores e a sua saúde, acrescentando que são questões ideológicas que, quer o PS, quer o PSD não olham para elas, porque estão “metidos” neste capitalismo selvagem. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, considerou que a Moção apresentada pelos autarcas da CDU está trespassada por vários equívocos, e que convém desmistificar para bem da discussão política. Primeiro, disse que um melhor aproveitamento dos espaços nas creches, não é sinónimo de capitalismo ou sequer de menor qualidade nas creches, pelo contrário, contribui para uma melhor rentabilização da oferta de creche e um maior equilíbrio de exploração das entidades responsáveis. Lembrou que os economistas marxistas não esquecem nas suas teses, a rentabilidade e a eficiência da exploração das infraestruturas públicas, caso contrário o modelo público seria inviável. Em segundo lugar, disse que a rentabilização das instalações das creches pretende responder à carência de vagas gratuitas que, atualmente, afetam muitas famílias em Portugal. Acrescentou que a medida das creches gratuitas é uma medida de esquerda, com a qual concorda em absoluto, e que permite a muitas crianças beneficiar de serviços que anteriormente lhes eram negados. Terceiro, disse que a lei que regulamenta a construção de novas creches não foi alterada, continua a ser aplicada em todos os novos edifícios para creche. Afirmando que a Portaria referida na Moção da CDU apenas enquadra, temporariamente, o aumento de vagas nas creches em funcionamento, e não pode ser vista como um documento que altera os requisitos exigidos nos edifícios a construir. Quarto, disse que concorda com a necessidade de compatibilizar a vida laboral com a vida familiar, contudo não se pode esquecer que nos nossos dias as mulheres e os homens trabalham, que a estrutura familiar dos avós tem desaparecido, e que os filhos têm de ficar ao cuidado das creches durante o período de trabalho. Concluiu dizendo que a Moção da CDU não reconhece a importância de aumentar o número de vagas gratuitas nas creches em funcionamento, não reconhece os problemas porque passam as famílias sem resposta de creche para os seus filhos, esquece a necessidade de construção de mais creches, e esquece o equilíbrio de



exploração das entidades responsáveis pelas creches, por tudo isso, os autarcas socialistas não podem acompanhar a presente moção. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que aqui se está a discutir duas questões, uma é os horários e a forma como os trabalhadores desempenham as suas funções no seu local de trabalho, e isso é a lei geral do trabalho, ou então se está a discutir a questão das creches. Questionando, quando uma mãe que é cozinheira num restaurante que encerra há meia noite, onde é que deixa a filha(o)?, é a isso que se tem que encontrar respostas e além disso, tem que se encontrar também para o número de vagas, porque este primeiro trimestre de dois mil e vinte e três, já nasceram, felizmente, em Portugal mais 6% de crianças comparativamente ao trimestre do ano anterior, sendo que uma parte desses 6%, são de imigrantes. Disse ainda que se a natalidade está a aumentar, que é muito bom para Portugal, tem que haver lugares de creches para responder às necessidades destas famílias, assim como no Montijo, que vão alugar contentores para salas de primeiro ciclo, porque têm vindo a ter um número de alunos excessivo, em relação aos anos anteriores, também fruto da imigração. Em relação ao despacho da Ministra, considera vem responder, por um lado às necessidades de vagas e às necessidades das famílias, porque quer se queira, quer não, as pessoas são confrontadas no seu dia a dia com a necessidade de deixar as crianças e que é preferível que seja a creche, com todas as condições de segurança e de conforto, porque a portaria nos pontos essenciais, não altera o decreto-lei, apenas aumenta o número de duas crianças por sala, acrescentando que tem que se encontrar um equilíbrio, sendo certo que as crianças não podem estar “amontoadas”, tem que ter espaço para brincar, mas também tem que haver lugares para as crianças estarem quando os pais vão trabalhar e é esse o equilíbrio, que considera, que a portaria tentou encontrar, e não se pode misturar a agressividade dos horários laborais com esta portaria, porque são leis completamente opostas. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse que o PSD defende a família a tempo inteiro e não a escola a tempo inteiro, mas que tem que se adaptar a realidade atual. Disse ainda que é necessário desmistificar que o facto de as creches estarem abertas vinte e quatro horas, a criança não vai estar vinte e quatro horas na creche, nem isso é permitido, considerando que o Estado tem de dar resposta às famílias que trabalham, por exemplo em horários noturnos, para deixar as suas crianças com dignidade. Esclareceu que relativamente ao aumento de vagas por sala que não se prende com “cifrões”, que é uma questão de rentabilidade das IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, que “vivem com a corda ao pescoço”, considerando que



nestas matérias todos devem ter o bom senso, retirar a carga política e ver o que é possível fazer para servir as pessoas. -----

O Senhor Vereador Nuno Catarino, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente na sua intervenção começou por dizer que a CDU está a mistificar, considerando que se houve alguma mistificação foi do Senhor Presidente, porque não teve a coragem de dizer que as creches gratuitas foi uma proposta que o PCP já tinha há muitos anos e que o PS aceitou a proposta, entre outras, porque necessitava e que agora transformou quase como “sua bandeira”, não sendo originalmente proposta sua. Disse ainda que dizer que esta portaria é para as creches gratuitas, não é verdade, que esta portaria é para a instalação de creches, quer sejam públicas ou privadas, e que consideram que não estão a misturar assuntos, porque para resolver o problema não é transformar as creches em “depósitos”, é alterar as leis do trabalho que permitam que as pessoas tenham mais tempo para passar com os seus filhos. Disse que há situações específicas que têm de ser asseguradas, que há horários por turnos que têm de acontecer, que não devem generalizar, mas que há locais que é assim porque o código de trabalho permite e não se quer alterar, e que é essa a situação que leva a que as crianças passem uma série de horas na creche. ---

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que como o Senhor Presidente está sempre a dizer, que é necessário ser-se fidedigno naquilo que se diz e não perder a memória, que é bom que fique para memória futura que quer as creches gratuitas, o passe social e os manuais escolares houve quem apresentasse essas propostas e depois o Partido Socialista foi atrás, que não foi o Partido Socialista que propôs. Disse ainda, relativamente à portaria, que a qualidade não é garantida, porque os rácios já não são cumpridos, considerando que são estas pequenas aberturas na lei que existem que vão desregular tudo o resto, reiterando que não é só para creches públicas, que é para todas as creches. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, submeteu a **moção** à votação do Executivo Municipal, tendo sido a mesma **reprovada com cinco votos contra, três do PS e dois do PSD e dois votos a favor da CDU**. -----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, apresentou uma **informação** intitulada “**Instalação de Caixas Automáticas (ATM) na Atalaia e Alto Estanqueiro**”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores Vereadores, -----
O Município de Montijo, em 10 de março de 2023, celebrou dois contratos de cedência de espaço em domínio privado municipal para instalação de uma caixa



automática (ATM) na localidade da Atalaia e de uma caixa automática (ATM) na localidade do Alto Estanqueiro. -----
Já anteriormente tinha sido celebrado contrato de cedência de espaço em domínio privado municipal para instalação de uma caixa automática (ATM) na localidade de Pegões, e que se encontra em funcionamento. -----
Os mencionados contratos foram celebrados entre o Município de Montijo, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, CRL e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia. -----
A caixa automática instalada na localidade do Alto Estanqueiro, na Rua 4 de Outubro, já se encontra em funcionamento desde o dia 7 de junho e a da Atalaia, na Rua Álvaro Tavares Mora, desde o dia 16 de junho. -----
Nas localidades do Alto Estanqueiro, da Atalaia, bem como em Pegões, não existiam quaisquer agências bancárias ou pontos de serviços bancários em caixa automática onde os Cidadãos pudessem fazer operações de natureza bancária, nomeadamente, o levantamento de dinheiro, sendo que, grande parte da população daquelas freguesias não possui forma de se deslocar para aceder a outras caixas ATM existentes no concelho. -----
Senhoras e Senhores Vereadores, -----
É necessário que se estimule uma cultura de maior proximidade com os cidadãos e que os modelos de organização dos serviços essenciais se desenhem em função das suas efetivas necessidades. -----
Com a instalação e funcionamento das caixas automáticas (ATM) nas localidades de Atalaia, Alto Estanqueiro e Pegões, foi possível responder às necessidades da população, promovendo a proximidade a serviços necessários para o dia-a-dia e que muito contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades, especialmente as que se encontram mais distantes dos centros urbanos. -----
Queremos, nesta ocasião, cumprimentar e reconhecer o trabalho de todas as entidades que contribuíram para este excelente resultado.”. -----

O Senhor Vereador **José Manuel Santos**, no uso da palavra, começou por prestar um esclarecimento ao Vereador Ilídio Massacote, que na última reunião de câmara colocou uma questão sobre o espaço Media@rte, nomeadamente que desde a sua implementação no ano de dois mil e oito foi um espaço que teve efetivamente muita procura, mas que a partir do ano de dois mil e quinze as formas de consumo de audiovisuais alteraram-se radicalmente e começou a decair vertiginosamente a procura do material que era disponibilizado. Acrescentou que com a pandemia e o conseqüente encerramento deste espaço, a procura desde a sua abertura tem sido muito residual, tanto que por proposta dos serviços irão avaliar desativar este ponto, uma vez que já não tem



praticamente qualquer registo de procura, aproveitando para reforçar a biblioteca com os trabalhadores que lá estavam. -----

De seguida o Senhor Vereador **José Manuel Santos**, ainda no uso da palavra, prestou **informações e saudações**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

Informações -----

“Este executivo felicita e congratula-se com a Associação Gymno-Desportiva e a AMUT pelos resultados dos seus atletas nas diferentes provas em que, participaram com destaque para: -----

Associação Gymno-Desportiva -----

Esta associação participou numa prova internacional que se realizou de 4 a 6 de julho em Santarém, onde se destacou no duplo-Mini Trampolim Beatriz Mendes classificando-se em terceiro lugar tendo sido apurada para o campeonato do mundo desta modalidade. -----

AMUT- Associação Musical União e Trabalho -----

Os atletas da AMUT participaram no fim de semana de 1 e 2 de julho no campeonato nacional de Kempo que se realizou na Guarda, onde João Barbosa se sagrou campeão nacional em Semi Kempo no seu escalão etário (19-40 anos) e categoria (+93 kg.) assim como, Guilherme Oliveira que também se sagrou campeão nacional em Semi Kempo no seu escalão etário (14-15 anos) e categoria (-58 kg.).” -----

Saudações -----

Festas Populares do Concelho -----

Festas Anuais de Verão das Craveiras -----

As festas anuais de verão das Craveiras decorreram de 30 de junho a 2 de julho, organizadas pela direção do Grupo Recreativo Desportivo e Cultural das Craveiras, com o apoio da população que mais um ano mantiveram a tradição das suas gentes, com a presença de cerca de 10.000 participantes que, muito contribuíram para mais um sucesso destas festividades, fruto de um cartaz diversificado e apelativo. -----

À Junta de Freguesia da União das Freguesias de Pegões, Bombeiros Voluntários de Canha, população voluntária e ao Grupo Recreativo Desportivo e Cultural das Craveiras, na pessoa do seu Presidente, Vítor Vilelas, as nossas felicitações por mais um êxito das suas festividades, assim como, a toda a população das Craveiras. -----

Festas Populares de Sarilhos Grandes em honra de S. Jorge -----

As festas de Sarilhos Grandes, decorreram no passado fim de semana, entre os dias 7 e 9 de julho, organizadas como já é hábito pela Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Sarilhos Grandes, que com grande determinação ergueram as suas já tradicionais festas em honra de S. Jorge, onde se estima a



participação de cerca de 6.000 pessoas, e cujo momento alto como também é tradição ocorreu no passado domingo com a realização da procissão em honra de S. Jorge. -----

À Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, e à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Sarilhos Grandes, na pessoa da sua Presidente Dinora Caetano, as nossas felicitações pelo êxito alcançado nas suas festividades, assim como, a toda a população de Sarilhos Grandes.”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas, relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre 26 de junho de 2023 e 07 de julho de 2023: Licenças Administrativas: 3; Alterações: 1; Informações Prévias: 2; Loteamentos: 1. -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos em 05 e 10 de julho de 2023 respeitantes a requerimentos de assuntos de cemitérios da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, propôs a admissão de uma proposta a discussão e votação não constante da ordem do dia referente a “Atribuição de apoio financeiro à Associação Círio da Azóia para construção e montagem de instalação sanitária para utente com mobilidade reduzida” da Unidade Orgânica: Administração Autárquica, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 21.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. O órgão executivo reconheceu a urgência da proposta e deliberou por unanimidade a inclusão da mesma, pelo que lhe foi atribuído o n.º 681/2023.

Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

1- PROPOSTA N.º 674/2023 - APROVAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DO MONTIJO NO DOMÍNIO DA SAÚDE -----

Considerando que: -----

- A) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; --
- B) O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da saúde; -----



C) São transferidas para os órgãos municipais, no domínio da saúde, as competência de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários, salvo os equipamentos médicos, de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), de gestão dos trabalhadores inseridos na carreira geral de assistente operacional das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. -----

D) A transferência das competências é formalizada através de auto de transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as administrações regionais de saúde e os municípios, contemplando a identificação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, a identificação do estado de conservação das instalações e dos equipamentos dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização e a definição dos instrumentos financeiros utilizáveis. -----

E) Relativamente à transferência de recursos financeiros para os municípios, o financiamento das competências é anualmente previsto na Lei do Orçamento do Estado, o que não prejudica o estabelecimento de acordos específicos para financiamento adicional de projetos de saúde nas áreas dos municípios; -----

F) A transferência de competências concretizada pelo mencionado Decreto-Lei n.º 23/2019, não afeta as competências de acompanhamento do Ministério da Saúde ao nível da prestação do serviço e do cumprimento das obrigações definidas; -----

G) O mencionado Decreto-Lei n.º 23/2019 prevê a criação de uma comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências, com competências específicas para acompanhar, numa lógica de proximidade, o desenvolvimento e a evolução das competências transferidas para o município e propor a adoção de medidas tendo em vista a concretização dos objetivos estratégicos; -----

H) As questões relativas às edificações, equipamentos, financeiras, de recursos humanos, organizacionais e logísticas decorrentes da descentralização prevista, encontram-se devidamente apuradas, permitindo salvaguardar os interesses da autarquia e dos seus munícipes. -----

Proporho: -----



Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, o Auto de Transferência de competências no domínio da saúde a celebrar entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município do Montijo, em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2023. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que o Partido Social Democrata, quer na Associação Nacional de Municípios, quer no Montijo e no distrito de Setúbal é favorável à descentralização das competências. Disse ainda que há muitos autarcas que colocam a questão de estas competências não virem acompanhadas com o devido envelope financeiro, isso é verdade, mas é uma verdade que devem combater, não com mais dinheiro, não com mais impostos e taxas, mas com uma melhor gestão e planeamento. Disse que as câmaras municipais estão mais perto da população e têm a obrigação de ser muito mais do que comissões de festas e têm a obrigação de gerir muito melhor com aquilo que têm e não estar sistematicamente a pedir mais dinheiro aos munícipes e aos contribuintes. Disse ainda que o que deviam exigir, conjuntamente com estas transferências de competências é um conjunto de outras reformas, designadamente a reforma da administração pública e a reforma do Estado português, que estas medidas são acompanhadas sem estas reformas, que são urgentes e imperiosas para que estas transformações na administração pública tenham o seu devido sucesso. Reiterou que não querem mais carga fiscal, não querem mais impostos e disse que se as câmaras municipais forem geridas por pessoas mais competentes e por uma gestão mais profissional e mais moderna adaptada à realidade, não tem qualquer dúvida que esta transferência de competência será um sucesso, mas se continuarem a desbaratar o dinheiro público da forma como “desbaratamos” muitas vezes, salientando que não é em todas as câmaras municipais, mas em muitas delas, designadamente a Câmara Municipal de Montijo, o que irá acontecer é que nos próximos anos estarão todos aqui a lamentar ter recebido estas competências.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, concordou, na generalidade, com as considerações apresentadas pelo PSD sobre o processo de descentralização. Contudo, discorda em absoluto da ideia falsa e infundada de mau gasto de dinheiro público na Câmara Municipal de Montijo, e que é



desmentida pela prestação de contas. Lembrou que quando a câmara prestou contas de forma transparente, o Vereador do PSD nada disse de relevante sobre o gasto do dinheiro público, desviando os seus argumentos falsos para questões laterais e menores, e omitindo a discursão sobre o essencial dos gastos de dinheiro público. Lamentou que a oposição do PSD seja incapaz de reconhecer a excelência da gestão autárquica em Montijo, e procure insistir numa farsa gasta e velha, apenas para enganar os montijenses. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que as forças que compõem a CDU são favoráveis à descentralização de competências, não são é, favoráveis à “desconcentração de serviços”, que é isso que se está passar no país. Disse ainda que o Senhor Presidente disse que é preciso capacidade financeira das câmaras municipais, concordando, porque considera que as câmaras municipais vão ter de começar a gastar dinheiro que compete ao Estado Central que, tanto na educação como na saúde, são serviços universais, que tem que ser prestados às populações e assegurados em igualdade e oportunidade a todos os cidadãos no país. Acrescentou que há muitos municípios que não têm capacidade financeira, que estão endividados e, portanto, esses não sabem como irão fazer, problema esse no país, salientando que na Câmara Municipal de Montijo também não sabe até quando a capacidade financeira consiga fazer face às despesas. Citou um ponto dos instrumentos financeiros constantes no Auto de Transferência de competências da presente proposta “Financiar a parceria estratégica a estabelecer no âmbito dos programas prioritários da Direção Geral de Saúde focados na prevenção da doença e na promoção da Saúde. O financiamento realiza-se através de uma verba correspondente a 1% da receita obtida com o imposto incidente sobre as bebidas não alcoólicas previstas no artigo 87.º do código dos impostos especiais sobre o consumo até ao limite de 50% da despesa total”, ou seja, os outros 50% terá que ser a Câmara Municipal do Montijo, considerando que o município fica com encargos sobre estes edifícios que o Estado pode pagar ou não. Disse ainda que podem estar mais próximos, podem fazer as obras, mas que pagam impostos duas vezes, os impostos para o Estado Central e os impostos municipais, questionando sobre se é isto que o Partido Socialista quer, porque “nós não queremos”. Disse ainda que o Senhor Presidente afirma sempre que é preciso coragem e querer fazer as coisas, considerando que é preciso dinheiro para as fazer, reiterando que, com a questão da educação, agora da saúde e outras que aí virão, as câmaras municipais vão ficar com passivos enormes e andar de défice em défice, porque no “Terreiro do Paço são muito inteligentes”, considerando que é preciso ter grande coragem, mas que o grande problema é o futuro. -----



O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, referiu que o processo de descentralização exige coragem por parte dos autarcas, obriga à assunção de compromissos com os cidadãos e leva à tomada de decisões no sentido da resolução dos problemas das pessoas. Por isso, lamentou aqueles autarcas que não acompanham o processo de descentralização, e para o justificar fazem uma abordagem redutora e simplista do Poder Local Democrático. Na descentralização na área da saúde, disse que é preciso aproveitar o processo para reforçar o Poder Local democrático, e alavancar novos investimentos nos cuidados primários de saúde, designadamente a construção do Centro de Saúde do Areias e a construção do Centro de Saúde da Frente Ribeirinha. Defendeu que esses investimentos são prioritários na cidade, e que os mesmos devem ser obrigatoriamente apoiados com verbas do Ministério da Saúde. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse que o Vereador João Afonso tem vindo, por hábito, em diversas reuniões vir aqui “chorar” os apoios que a câmara municipal dá ao movimento associativo, dando como exemplo o apoio financeiro de mil e quinhentos euros ao Motoclube, mas, no entanto, foi entregue aos vereadores da oposição o quadro relativo à competência na área da educação, no ano de 2022, e que considerando que ainda falta algumas coisas, estão a falar num défice de quarenta mil euros. Disse ainda que agora, na questão da saúde, o Vereador João Afonso vem dizer que a câmara é que tem de assumir esta responsabilidade e já não há problema, ou seja, quando se está a chegar à conclusão em todos os municípios, inclusivamente do PSD e do PS, que são contrários a esta descentralização, porque todos já perceberam que vai dar prejuízo aos municípios, aqui o Vereador já não “chora”. Disse que percebe que na ânsia de se querer caçar alguns votos, aquele tipo de intervenção em relação ao movimento associativo pode ajudar, mas depois entra neste contraditório e que é estes défices que a câmara vai assumir já não há problema. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que os Vereadores da CDU estão um pouco baralhados e confundidos ao misturar verbas para a saúde e educação com apoios a entidades como o Motoclube, porque uma coisa é dizer que devemos assumir competências na área da saúde e da educação, que os municípios podem fazer mais e melhor e que devem gerir melhor para dar resposta a estas valências, outra coisa é considerar “normal” dar duzentos e cinquenta mil euros em apoios financeiros ao Motoclube que não serve rigorosamente para nada ou quase nada. Disse ainda que, ao contrário daquilo que o Vereador diz e o PS, aquela retórica narrativa, castrista do Senhor Presidente da Câmara, o PSD quando entende que há mérito nos apoios às



associações, apoia, mas quando há associações que vivem à conta do orçamento sem fazer praticamente nada em prol da comunidade o PSD não vota a favor. -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, informou que o Município de Montijo nunca aprovou um apoio financeiro de duzentos e cinquenta mil euros à associação do Motoclube de Montijo, pelo que as contas do Vereador do PSD são falsas, considerando que o número é falseado deliberadamente para enganar os montijenses. Desafiou o Vereador do PSD a apresentar as verdadeiras contas dos apoios municipais à associação do Motoclube de Montijo. Considerou um péssimo exemplo político, evocar os apoios financeiros da câmara ao movimento associativo e, de forma populista, resvalar para uma comparação com os investimentos nos equipamentos de saúde, quando qualquer pessoa medianamente atenta sabe que ambos os investimentos são necessários numa cidade moderna. Disse ser incompreensível a política de apoio ao movimento associativo defendida pelo PSD, lembrando que parece existirem vários PSD na câmara, um que vota a favor do movimento associativo, e outro que erradamente vota contra as associações, num posicionamento político errático que pode ser confirmado nas atas das reuniões de câmara. Relativamente à descentralização de competências, voltou a afirmar que é necessário coragem política e competência de gestão para aceitar novas competências, referindo que o mais importante é continuar os investimentos em bons serviços públicos de saúde para as pessoas. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois do PSD e dois votos contra da CDU. -----

O Senhor Vereador Nuno Catarino, no uso da palavra, leu uma declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

"A CDU votou contra nesta proposta, por considerar que o processo de transferência de competências é contrário aos interesses país e dos municípios, pois não é mais do que uma desresponsabilização do Estado, empurrando para as Autarquias, aquilo que podia e devia ser assegurado pelo Estado Central. --- O caso concreto da transferência de competências para o Município no domínio da saúde, representa a total desvirtuação do Serviço Nacional de Saúde com todas as consequências que isso acarreta para os seus utentes." -----

2-PROPOSTA N.º 675/2023 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MONTIJO PARA REPARAÇÃO DE VIATURAS -----

Considerando que: -----

A) A atividade das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, sedeadas na área geográfica do concelho, é de extrema importância no



contexto do socorro e assistência às pessoas e outros seres vivos em perigo, assim como na proteção do património e do ambiente; -----

B) Para a prossecução destes fins, as Associações mantêm e sustentam Corpos de Bombeiros Voluntários dotados de recursos humanos especializados, veículos, equipamentos e ferramentas diversas para intervir nas situações de emergência; -----

C) A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo solicitou ao Município do Montijo apoio financeiro para fazer face aos encargos com a reparação de quatro viaturas ao seu serviço, no valor total de € 20.458,47 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos); -----

D) Este apoio financeiro é essencial para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo cumprir os seus compromissos sem diminuir a capacidade operacional e os meios colocados à disposição do corpo de bombeiros; -----

E) O apoio financeiro tem cabimento através da rubrica orçamental 0102/04070103, conforme informação de cabimento n.º 2023/1518, em anexo.
PROPONHO: -----

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar: -----

1.) A atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Montijo, pessoa coletiva número 501102906, no valor de € 20.458,47 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos), destinado a suportar os encargos com a reparação de quatro viaturas; -----

2.) Que a atribuição do apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3-PROPOSTA N.º 676/2023 - CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO MONTIJO E A ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO (AFPDM) PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO, REFERENTE ÀS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, ENSINO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO CULTURAL, PARA O ANO DE 2023 -----

CONSIDERANDO QUE: -----



A) A Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM) é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, constituída a 14 de julho de 1999 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, sendo a última e única alteração estatutária de 13 de novembro de 2015; -----

B) O Município do Montijo tem estatutariamente o poder de nomear o Presidente do Conselho de Administração da AFPDM, que por sua vez nomeia os restantes membros do Conselho de Administração; -----

C) Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, o Município do Montijo exerce influência dominante na AFPDM; -----

D) Constituem atribuições do Município, promover a educação, ensino e formação profissional, bem como a promoção do desenvolvimento, de acordo com as alíneas d) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

E) A AFPDM, em conformidade com o artigo 4.º dos seus estatutos, tem como objeto o desenvolvimento local e regional integrado, desenvolvendo atividades tais como educação, formação profissional e qualificação dos recursos humanos, bem como, o desenvolvimento de atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas sociais e ambientais; -----

F) As atividades promovidas pela AFPDM, integram a política municipal de desenvolvimento local, educação, ensino e formação profissional, sendo proposto para o ano de 2023, neste âmbito as seguintes atividades: -----

I. Ensino profissional em áreas estratégicas formativas, com ministração de cursos: -----

- Turismo -----
- Restaurante/Bar -----
- Cozinha Pastelaria -----
- Gestão e Programação de Sistemas Informáticos -----
- Manutenção Industrial - Mecatrónica automóvel -----
- Multimédia -----

II. Apoio à formação extracurricular dos alunos do Ensino Profissional. -----

III. Atividades de apoio ao desenvolvimento e dinamização local: -----

a) Desenvolvimento local/funcionamento do Conselho Estratégico para Desenvolvimento Local - CEDEL; -----

b) Disponibilização de espaço para funcionamento do CEDEL e respetivo Gabinete para o Desenvolvimento, Empreendedorismo e Inovação (GDEI); -----



- c) Disponibilização de recursos técnicos e tecnológicos para o funcionamento de CEDEL e respetivo GDEI; -----
d) Realização das atividades de apoio ao funcionamento do Cineteatro Joaquim D'Almeida; -----
e) Realização de atividades culturais e artísticas no Concelho; -----
f) Apoio às iniciativas de desenvolvimento local dinamizadas pela Autarquia. --
G) As atividades acima mencionadas apresentam um défice operacional, pelo que, se torna necessário dotar a AFPDM, dos instrumentos financeiros que permitam continuar a desenvolver as referidas atividades; -----
H) Decorre do n.º 1 do artigo 47.º conjugado com o n.º 3 do artigo 59.º, ambos do RJAEL, a possibilidade de o Município atribuir subsídios à exploração, às associações participadas nas quais exerça uma influência dominante, mediante a prévia celebração de contratos-programa; -----
I) Para o cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do RJAEL, o contrato-programa deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, o montante do subsídio à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos. -----

PROPONHO: -----
Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa entre o Município do Montijo e a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM), para o ano de 2023, nos termos da minuta em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante para os devidos e legais efeitos. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse que existe um gabinete estratégico de desenvolvimento para o Montijo, o qual considera que deve ter pessoas ligadas a várias empresas do concelho e onde deve apontar metas para o desenvolvimento do concelho, mas que ao olhar para os cursos vê que o número total de alunos do curso de turismo são sessenta e dois e considerou que o Montijo não é uma terra muito turística e que se consiga arranjar assim tantos empregos nesta área, que estão a formar para mandar para fora. Disse ainda que vê cursos, como restaurante e bar, cozinha e pastelaria, considerando que existe um desfasamento com a realidade das atividades do concelho, porque se calhar as necessidades de empregabilidade



que o Montijo tem não são estas e por isso não sabe o que este gabinete estratégico anda a fazer, porque na escola profissional do Montijo, deviam estar a formar alunos para as necessidades que o concelho tem. Disse que sabe que aquilo que interessa é ir buscar os fundos europeus, e que o grande problema é que o país está a empobrecer pelo facto de se “andar a desbaratar os dinheiros europeus”. Em resposta à Vereadora Maria Clara Silva, disse que se não existem pessoas para trabalhar na área da restauração, é melhor verificarem quanto é que pagam a essas pessoas, sendo que muitas trabalham nessa área sem contrato e à hora, que todos têm conhecimento disso e que “não podemos fechar os olhos”, acrescentando que, tal como foi referido pela vereadora, quem define os cursos são os senhores que não sabem a realidade da cidade do Montijo, reiterando novamente que isto só serve para gastar o dinheiro que vem dos fundos europeus. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, sublinhou a enorme empregabilidade dos jovens formados pela Escola Profissional do Montijo, genericamente verificada em todos os cursos, o que representa uma mais valia de desenvolvimento do concelho, dos concelhos vizinhos e da região. Valorizou a importância do ensino profissional para muitos jovens montijenses que procuram uma profissão, seja em cursos relacionados com a transformação de carnes, seja em cursos vocacionados para o turismo. Afirmou que quem não investe na educação perde o horizonte de futuro. Discordou, por isso, da ideia infundada que o ensino profissional apenas serve para gastar dinheiro europeu, pelo contrário, o ensino profissional é um investimento estruturante no desenvolvimento e progresso do concelho. Esclareceu que o presente Contrato-Programa procura valorizar o ensino profissional em Montijo, apoiar os alunos do ensino profissional nas atividades municipais, e tornar clara e transparente a relação entre a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo e o Município de Montijo. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, em resposta ao Vereador Joaquim Correia, disse que os cursos não são escolhidos pela escola profissional, que por um lado esses cursos têm a ver com o número de alunos e depois, com as autorizações que obtêm para determinado curso, de acordo com o número de inscrições que existam, esclarecendo que é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), quem define os cursos que existem e depois os alunos inscrevem-se. Acrescentou que o grande problema de emprego em Portugal consiste, precisamente, com a restauração e com os cafés, onde não se encontra um português nessas áreas, apenas imigrantes e é um défice que o país tem, a formação de pessoas para a área da restauração. -



O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que gostaria de fazer uma reflexão sobre a associação que tutela a escola profissional e dar uma informação aos montijenses, porque é importante que saibam que, “do ano passado para este ano a associação, vulgarmente conhecida por escola profissional, gastou quase 16% a mais de gastos e que esta instituição tem de orçamento de receita global quase seis milhões de euros por ano, sendo que deve em financiamentos e passivo corrente cerca de três milhões e duzentos mil euros, e que no ano passado tivemos um prejuízo desta instituição, de cerca de cento e trinta mil euros. Também é importante saber que, cerca de 40% do orçamento é para o pessoal, ou seja, vulgarmente conhecido por ordenados e eu não acho muito natural, e gostaria de dizer o seguinte, o parente pobre desta instituição é a escola profissional, infelizmente que o é, porque não deveria de ser o parente pobre, devia ser o parente rico desta instituição. O que conta nesta escola profissional, essencialmente, é o Erasmus que é grande alimentadora das receitas da escola e a escola propriamente dita, aquilo que dá nome à instituição, aquilo que alavanca esta instituição e é aquilo que é mais importante para o país e para o concelho, é o parente pobre, porque nós temos professores, cerca de trinta professores na escola e o que verificamos é que os professores são mal pagos, não têm uma carreira definida, os professores não têm condições de trabalho, em muitos dos casos queixam-se disso, estão desmotivados, trabalham muitas vezes para os alunos de forma gratuita, fora do seu horário para ajudar muitas vezes crianças com problemas sociais graves e a escola do montijo tem muita relevância na defesa e na formação de crianças, algumas delas quase marginalizadas pelas famílias e pela sociedade, e portanto, tem uma importância muito grande e os professores são o parente pobre. Eu acho a absolutamente impressionante, como é que nós temos cerca de trinta formadores na instituição e temos cerca de cento e vinte pessoas no quadro, numa escola que tem cerca de trinta professores. Eu pergunto como é que é possível nós termos uma massa salarial tão elevada, termos tantas pessoas na escola, sem contar com os avenças, e termos professores tão mal pagos, sem carreira profissional, e que são eles e os alunos o coração daquela escola. Portanto, o que nós temos que olhar para esta escola, de uma vez por todas, é para a reestruturação que se impõe a esta instituição, porque não podemos continuar a lançar dinheiro sobre esta instituição, esta instituição está sobre dimensionada, em termos de quadro pessoal, tem pessoas a mais, tem professores mal pagos, que esses sim é que deviam estar a ter condições e a ser bem pagos, e temos lá pessoas que não estão a fazer absolutamente nada, ou então estão em tarefas absolutamente redundantes e temos inclusive pessoas que são contratadas para a escola, para prestar serviços, onde temos pessoas



qualificadas na escola, na prateleira sem essas funções. Portanto, o que nós estamos aqui a fazer é lançar mais dinheiro sobre uma instituição que está a precisar de uma profunda reestruturação económica ou financeira e na gestão dos seus recursos humanos, não estou aqui a falar, nada tem a ver com aquele assunto a montante que nós tratamos da questão criminal e afins, estou a falar da reorganização desta instituição e o pelouro da educação desta câmara não pode dizer que é espectador relativamente a isto, tem que olhar para a instituição e nomeadamente, nós temos a responsabilidade política de nomear a Presidente do Conselho de Administração e portanto, temos que pedir contas a isto. Não podemos continuar a olhar para esta instituição e a verificar que o dinheiro é lá lançado e temos uma situação de grande fragilidade financeira da instituição. Eu quero dar aqui uma nota, eu tive a olhar para os relatórios de contas e gestão já a algum tempo e verifiquei que, por exemplo, nós naquilo e que é o passivo corrente e a receita corrente, temos um desequilíbrio na escola. Esta escola tem problemas de tesouraria, não pode viver bem e tem uma enorme dificuldade em cumprir com as suas obrigações. Portanto, esta instituição tem de emagrecer a despesa e tem que pagar devidamente a quem merece e enquanto isto continuar, a termos um pelouro da educação, gerido pela senhora vereadora, com o devido respeito pessoal que é muito, mas com o qual eu não concordo com nada com o seu trabalho, absolutamente nada, a senhora é uma espectadora da escola, não faz absolutamente nada, não tem nenhuma interferência, não dinamiza, não exige modernização, não exige transparência, enquanto isso continuar nós podemos até resolver pagar meio milhão de euros à escola, não se vai resolver nada, e a senhora vereadora tem uma grande responsabilidade nesta escola e tem-se demitido dessa responsabilidade, aquela escola não pode ser um centro de emprego, aquela escola é um centro de formação e é um centro de educação das crianças, crianças que precisam daquele apoio, e nós estamos a formar pessoas, como a senhora vereadora sabe, com grande qualidade e alguns setores e que são aceites em empresas privadas de referência em Portugal. Ao contrário daquilo que diz o senhor Vereador, a escola do Montijo não tem que estar só formar pessoas para o Montijo, o mercado é global, nós temos que formar pessoas com qualificação, montijenses com qualificação ou outras crianças que não são montijenses, para ter uma vida digna e ter uma profissão, e poder exercer essa profissão no Montijo, em Palmela, nos Estados Unidos da América, onde quiserem, é essa a nossa obrigação social e educativa, o mundo não termina na Atalaia ou em Sarilhos, há muito mais mundo para além disto. Portanto, o trabalho que nós fazemos de formação, nas escolas, é muito importante e ao contrário daquilo que o senhor Vereador diz, a questão da hotelaria é muito



importante essa formação. Senhora vereadora, nota negativa para si e para o seu pelouro, o que nós temos que fazer é outra coisa, não é jorrar dinheiro é gerir, reestruturar esta instituição e dar força aos professores, que estão do lado dos alunos e é isso que interessa.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, recusou novamente a ideia de que o presente Contrato-Programa apenas tem como função atirar dinheiro para cima da escola, nada mais errado, nada mais falso, o presente apoio financeiro tem em vista o necessário investimento na formação profissional dos jovens montijenses. Repudiou a ideia apresentada pelo Vereador do PSD de que os autarcas socialistas nada fizeram pela escola Profissional, que são meros espectadores, considerando que essa afirmação falseia a história do Poder Local Democrático em Montijo e a história dos autarcas socialistas. Recordou novamente, para memória futura, algumas das decisões dos autarcas socialistas no desenvolvimento da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, a aquisição de espaço para a instalação do Conservatório Regional de Artes de Montijo, a cedência de terreno no Afonsoeiro para a construção de novo edifício da Escola Profissional, o apoio financeiro para a construção do novo edifício da Escola Profissional, o apoio na aquisição do espaço Casa Europa, o apoio na construção dos edifícios para os espaços oficinais, o apoio financeiro ao ensino profissional em Montijo. Disse que essa história não pode ser apagada por ninguém, muito menos por quem apenas aparece com o intuito de destruir as instituições montijenses, e sem qualquer obra para mostrar, como é o caso do Vereador do PSD. Mais, considerou lamentável o ataque pessoal gratuito à Vereadora Clara Silva, porque o mesmo é injusto, é infundado e apenas se limita a uma certa vacuidade de ideias. Lembrou o aproveitamento político que o PSD sempre teve da associação da Escola Profissional, com lançamento de campanhas eleitorais, com a utilização dos salários dos professores para atacar a gestão da câmara, com o ingresso de elementos da escola como candidatos autárquicos nas listas do PSD, entre muitos outros exemplos. Por isso, disse que a reflexão apresentada pelo Vereador do PSD cumpre aquele ditado popular, após arrombamento trancas na porta, ou seja, depois do PSD se servir politicamente da associação da Escola Profissional, vem agora como o grande paladino do rigor na mesma associação. Esclareceu ainda sobre as contas, que um estabelecimento escolar tem de ter necessariamente uma elevada percentagem de massa salarial, porque a sua atividade principal é realizada por professores e administrativos e, portanto, emagrecer os custos, só tem uma leitura, despedir pessoas e reduzir a atividade letiva e o ensino profissional em Montijo. Lembrou que na discussão da prestação de contas consolidada,



apresentada na câmara pela proposta número seiscentos e trinta e cinco do corrente ano, não mereceu qualquer reflexão por partes dos Vereadores da Oposição, nem sequer uma palavra do Vereador do PSD, embora a mesma seja o espelho das contas e da posição financeira da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo. Relativamente ao endividamento de curto prazo, referiu que a gestão das escolas profissionais passa obrigatoriamente por empréstimos de tesouraria, considerando que as mesmas funcionam com fundos comunitários e que esses fundos são quase sempre disponibilizados com atraso face às necessidades, por isso, para quem conhece a gestão das escolas profissionais, é natural a existência de empréstimos de tesouraria. Relativamente ao endividamento de longo prazo, disse que é um endividamento resultante dos investimentos realizados na construção do novo edifício da Escola Profissional em Montijo e na aquisição dos edifícios da Casa Europa, sublinhando que felizmente a associação tem conseguido cumprir as obrigações financeiras impostas pelos respetivos empréstimos. Informou ainda que a construção dos novos espaços oficiais da escola será realizada com recurso a novo empréstimo de longo prazo. Acrescentou que existem preocupações com futuro equilíbrio financeiro da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo, que considera uma prioridade de cada responsável dos órgãos diretivos, mas importa olhar para o histórico e compreender que a instituição conseguiu sempre vencer as dificuldades. Sublinhou que o ensino profissional, no atual formato institucional, continua a ser um ensino privado, embora financiado por fundos comunitários, com imensas diferenças e dificuldades para a escola pública. Considerou que o futuro do modelo de ensino profissional em Portugal devia passar pela sua integração no Ministério da Educação, por forma a ser financiado pelo Estado e para resolver o problema das carreiras dos professores, caso contrário subsistem os problemas conhecidos e as eventuais injustiças. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que a primeira vez que o Vereador João Afonso se candidatou a Presidente da Câmara, teve com o vereador num debate na Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, onde defendeu o oposto do que disse agora aqui, que se fosse eleito Presidente da Câmara, no dia imediatamente a seguir ia apagar os ordenados, que os trabalhadores eram poucos, que não havia reestruturação para fazer. Disse ainda que os professores foram aumentados este ano, aquilo que a escola tinha condições de aumentar e que as carreiras dos professores nas escolas profissionais não funcionam da mesma forma que nas outras escolas, acrescentando que o vereador nunca foi muito bom a números, porque diz que no DGRH existem cinquenta pessoas, assim é com os



números da escola. Referiu que aquilo que é importa, é resolver o problema da escola profissional e que para isso existe um Conselho de Administração e uma Assembleia Geral, e o que o vereador pode dizer é que tem 50% dos votos da Assembleia Geral, nada mais, porque foi nomeada pelo Senhor Presidente da Câmara, para Presidente da Assembleia Geral e que o seu papel não é meter dinheiro na escola profissional, nem “perguntar nada a ninguém”, porque não tem essa forma de agir, acrescentando que tem conhecimento de tudo o que se passa e “essa conversa toda, mas havemos de lá chegar”. Quanto ao ensino profissional, disse que não funciona como o ensino público, que é um ensino privado e que os fundos comunitários não veem na altura em que devem vir, lembrando que no dia que tiveram aquela reunião na escola profissional, havia um atraso de quase um ano dos fundos comunitários, por isso é que não havia verba para pagar vencimentos, porque é assim que funcionam as escolas profissionais, mal, mas é assim que funcionam e que a escola consegue resolver os seus compromissos, tendo uma conta caucionada no banco, onde vai avançando dinheiro que após virem os fundos comunitários paga essa verba e é assim que funciona, não existindo outra forma. Disse ainda que para fazer com a rapidez, agilidade e capacidade que o Vereador diz que tem, então não faz contratação pública enão cumpre os procedimentos. Disse que a verba da presente proposta tem a ver com pagamentos de serviços que a escola profissional faz à câmara e também um apoio financeiro para resolver alguns problemas, mas que duzentos e cinquenta mil euros não resolve nada do problema da associação, porque a associação é composta pela escola profissional, pelo CRAM, que também é uma parte muito importante da associação, acrescentando que o CRAM também tem ensino subsidiado pelo Ministério da Educação, mas que também tem privado, tendo ensino articulado em que os alunos vão à escola pública e vão ao CRAM, e tem uma fonte de financiamento que são os ERASMUS, porque se assim não fosse a escola, durante o COVID, tinha fechado, como muitas fecharam no país. Referiu ainda que, foi dito pelo vereador que se tem que fazer o espaço tecnológico, é verdade, mas isso tem de ir a banca, como aconteceu com a Casa Europa e como aconteceu com a construção da escola, no qual a mesma já se encontra paga. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que esta fragilidade financeira na escola profissional já dura há muitos anos, desde a sua criação em mil novecentos e noventa e nove, e para agravar este problema, a escola profissional está “gorda de quadros”, tem pessoal a mais e tem despesa supérflua e que não é pouco dinheiro, mas dezenas de milhares de euros por ano. Disse também que essa reestruturação, a Vereadora não quer fazer, nem quer contribuir e encontra-se confortável com isso, e que, entretanto,



acumulam prejuízos, problemas e fragilidade financeira, e que quando houver um problema com os fundos comunitários, aí sim, haverá um problema sério. Quanto ao modelo híbrido de escola privada, disse não concordar e que esta entidade deveria ser pública e do Ministério da Educação. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse que o PS e o PSD é que governaram e que fizeram para que esta situação esteja neste ponto e que o grande problema, tal como no ensino artístico, mais uma vez, é a desresponsabilização do governo ao longo dos anos, do Partido Socialista e do PSD, que são os partidos que têm governado o país. Disse ainda que estruturalmente é necessário ensino profissional no país para formar pessoas aptas para o trabalho e que também se sabe o número de escolas que já encerraram, devido a esses constrangimentos das verbas europeias, acrescentando que depois, existe a visão do PSD, a qual considerou interessante, porque o problema é sempre os trabalhadores e por isso devem ser despedidos. Disse que o vereador João Afonso, numa discussão em reunião de câmara, queria despedir quatrocentos trabalhadores da Câmara Municipal de Montijo e agora despediria mais uns quantos trabalhadores na escola profissional, considerando que com isto se vê como estas pessoas são ideologicamente e como seriam se estivessem à frente de uma Câmara Municipal. Concluiu dizendo que estas situações têm que ser faladas com conhecimento e ver que são problemas estruturais que têm de ser resolvidos com as tais reformas necessárias no ensino. -----

O Senhor **Vereador Ilídio Massacote**, não participou na apreciação e votação da presente proposta. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

II - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1- PROPOSTA N.º 677/2023- SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE
Considerando que: -----

- O Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, procedeu à fixação de um suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade; -----
- Esse suplemento estava previsto no artigo 243.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE para 2021), sendo que a partir de 1 de janeiro de 2022 passou a ser regido pelas regras constantes do Decreto-Lei n.º 93/2021 de 9 de novembro. Assim, o Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro concretizou a manutenção do mesmo no ordenamento jurídico, em moldes semelhantes ao que havia ficado consagrado no artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, mas alargando o seu âmbito de aplicação a outras situações de



idêntica penosidade e insalubridade e, por outro lado, efetuando meros ajustes de modo a clarificar alguns aspetos para que não resultem quaisquer questões práticas de aplicação do suplemento; -----

- O suplemento de penosidade e insalubridade aplica-se aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, nas seguintes áreas: -----

- I. Recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes; -----

- II. Higiene urbana; -----

- III. Saneamento; -----

- IV. Procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; -----

- V. Limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; -----

- VI. Asfaltamento de rodovias. -----

- O suplemento é atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado nas condições supra referidas; -----

- O critério de atribuição é o de sujeição por cada dia aos seguintes níveis de penosidade ou insalubridade - nível baixo, nível médio ou nível alto; -----

- Foi desenvolvido o procedimento tendente à atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade ao abrigo das novas normas legais e em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, no que concerne ao ano 2023; -----

- Assim, dando cumprimento aos n.ºs 4 e 5 do já citado artigo 3.º do DL n.º 93/2021, de 9 de novembro, foi recolhido o parecer fundamentado do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho da Divisão de Gestão de Recursos Humanos (GSST-DGRH), que define as funções suscetíveis de atribuição do suplemento de penosidade e de insalubridade bem como o nível de risco inerente às mesmas, conforme documento que se junta em anexo; -----

- Foram consultadas as seguintes estruturas sindicais: -----

- > SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos; -----

- > STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; -----

- > STFP - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas. -----



Das estruturas sindicais consultadas, nenhuma emitiu parecer sobre o assunto;

- A carreira geral de assistente operacional integra as categorias de encarregado geral operacional, encarregado geral e assistente operacional. No que concerne à categoria de encarregado operacional e não obstante a caracterização das respetivas funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e a descrição dos postos de trabalho inerentes a essa categoria, constantes no Mapa de Pessoal da autarquia, verifica-se na prática (conforme parecer dos serviços), que na área da higiene urbana os trabalhadores que exercem funções de encarregado operacional exercem regularmente funções sujeitas a comprovada sobrecarga funcional em termos de penosidade/insalubridade, que se enquadram nas funções identificadas no parecer do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho da Divisão de Gestão de Recursos Humanos (GSST-DGRH) em anexo; -----

- Para apuramento dos encargos resultantes da aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade em 2023 aos trabalhadores do Município de Montijo, foram considerados os valores desde 1 de janeiro de 2023, conforme previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro; -----

- De acordo com as funções identificadas no parecer do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho da Divisão de Gestão de Recursos Humanos (GSST-DGRH) em anexo, exercem atualmente funções em condições de atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade cerca de 88 assistentes operacionais (independentemente da modalidade de vínculo) e 1 encarregado operacional, este último quando exerce funções enquadráveis na caracterização constante no parecer referido, sem prejuízo de mais trabalhadores, integrados na carreira geral de assistente operacional, no decurso do ano e de acordo com o Mapa de Pessoal aprovado, até ao limite de 112, poderem exercer funções passíveis de atribuição de suplemento; -----

- Para 2023, o valor previsível do encargo com o pagamento do suplemento será de cerca €110.000,00 (cento e dez mil euros), a que acresce o valor referente às contribuições para os regimes de proteção social dos trabalhadores, verba essa prevista no Orçamento para 2023, pelo que a sua atribuição encontra-se financeiramente sustentada. -----

PROPONHO: Que nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, a Câmara Municipal delibere: -----

1. Definir que as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, suscetíveis de atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) aos trabalhadores deste Município, integrados na carreira de assistente operacional, ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, nas



áreas de intervenção discriminadas por lei, são as descritas no parecer do Gabinete de Segurança e Saúde no Trabalho da Divisão de Gestão de Recursos Humanos (GSST-DGRH), que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, pelo facto de implicar o exercício efetivo de funções penosas e insalubres; ----
2. Que o suplemento de penosidade e insalubridade seja aplicado nos níveis respetivos, sustentado pelo já referido parecer do GSST-DGRH em anexo; -----
3. Que a presente deliberação produza efeitos a 1 de janeiro de 2023, conforme previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro. -

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que a única alteração da presente proposta em relação à proposta do ano anterior, de acordo com o parecer técnico de higiene e segurança no trabalho, é que todos os trabalhadores deviam ser incluídos no nível máximo. -----

O Senhor **Vereador Joaquim Correia**, no uso da palavra, disse que não compreendem o motivo de também não discutirem nesta câmara a mesma matéria em relação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), considerando que devia vir à Câmara Municipal, devido às funções que esses trabalhadores têm e que também devem receber este Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI). Questionou sobre se os trabalhadores dos SMAS estão a receber diariamente, porque já existe jurisprudência relativamente a estas situações em que os trabalhadores devem receber diariamente este subsídio quando estão em funções, ou seja, se vierem trabalhar vinte e dois dias recebem vinte e dois dias. Disse que não é isso que está na presente proposta, que o que está é que se fizerem duas horas, recebem duas horas, que os trabalhadores estão disponíveis para fazer o trabalho e que estando disponíveis devem receber o subsídio de penosidade e insalubridade, que é isso que dizem os tribunais e alertou que é esta a jurisprudência que existe. Disse ainda que devia ser incluído também os trabalhadores, na modalidade de horário por turnos, porque isso é uma implicação grave na saúde.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, esclareceu que cada órgão municipal apenas discute as matérias da sua competência, as quais estão bem definidas na Lei das Autarquias Locais, e considera que cada órgão não deve abdicar das suas competências próprias. Disse que a administração pública está sujeita ao princípio da legalidade, pelo que não pode violar a Lei, nem decidir contra as normas legais. Informou que nos Serviços Municipalizados de Água de Saneamento os trabalhadores recebem o Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), conforme foi definido pelos



serviços municipais de higiene e segurança no trabalho, e após serem auscultados os sindicatos. -----

O Senhor **Vereador Nuno Catarino**, no uso da palavra, disse que o Vereador Joaquim Correia já colocou a questão da aplicabilidade do subsídio diariamente e que a questão da jurisprudência existe, porque quando se fala em lei, a lei é interpretativa e que essa interpretação leva a opções políticas, porque a jurisprudência vem dos tribunais e há municípios neste país, nomeadamente os da CDU, que aplicam este subsídio diariamente. Reiterou que as leis são interpretativas e deu como exemplo o que é sempre evocado relativamente à escolaridade obrigatória para os concursos de assistente operacional, afirmando que também é uma opção política, porque a lei também diz que podem colocar uma cláusula da experiência profissional e que não põe porque não querem, dizendo que há câmaras, nomeadamente da CDU, que abrem concursos para assistentes operacionais em que colocam logo desde início que pode ser por experiência profissional, considerando que a gestão do Partido Socialista se está a escudar na lei para não aplicar o SPI diariamente a todos os trabalhadores. Disse que não podem acompanhar este tipo de propostas, que vai contra os interesses dos trabalhadores, que o SPI deve ser aplicado a todos os que possam ser elegíveis e deve ser aplicado diariamente, porque o trabalhador está disponível para executar a tarefa dentro do horário de trabalho que tem para cumprir, acrescentando que aquilo que a lei diz é “o trabalho efetivamente prestado” e não pode ser lido à letra e que é isso que os tribunais vieram dizer. Ainda em resposta ao Senhor Presidente, disse que no entendimento da CDU, a presente proposta deveria incluir o subsídio diariamente, que isso sim iria valorizar todos os trabalhadores e que se a presente proposta não fosse aprovada, apresentariam na próxima reunião uma proposta no sentido daquilo que entendem ser o que realmente valoriza os trabalhadores. Lamentou a situação do STAL vir aqui entregar, aparentemente, um comprovativo em como enviou o email, que a câmara municipal diz que não recebeu e o STAL diz que enviou, considerando que é uma questão entre o STAL e a câmara. Ainda em resposta à Vereadora Maria Clara Silva, disse que é obvio que nas funções de técnico superior não está, por exemplo, exumar um corpo, que disse a disponibilidade dos trabalhadores que têm as funções para desempenhar esse tipo de tarefas, considerando que a Vereadora misturou tudo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, considerou que a lei é bem explícita no caso da aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI). Afirmou que a administração pública está sujeita ao princípio da legalidade, tem de cumprir a lei e não pode interpretar a lei como bem entende, ou seja, a sua interpretação não pode estar sujeita a critérios



políticos com invocam os Vereadores da CDU. Sublinhou, por esse facto, a sua incompreensão sobre a proposta da CDU de uma interpretação política do direito administrativo, ou seja, uma interpretação política da letra da lei. Esclareceu que a presente proposta do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), prevê o pagamento diário do mesmo, no nível mais alto, a todos os trabalhadores que executem trabalhos sujeitos a penosidade e insalubridade. Relativamente ao problema do STAL, sublinhou que lamenta toda a situação ocorrida, e que preferia que o sindicato tivesse enviado o seu parecer consultivo sobre a matéria em discussão, mas, como é do conhecimento público, foi o STAL que não enviou em tempo o parecer consultivo sobre a proposta do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, tendo mesmo a presente proposta sido retirada para confirmação das comunicações eletrónicas. Sublinhou que a retirada da proposta atrasou o pagamento atualizado do Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores, desde o dia um de janeiro do corrente ano, mas que a retirada da proposta era necessária para clarificar as dúvidas levantadas pelos Vereadores da CDU. Acrescentou que após análise dos serviços municipais de informática, confirmou-se que o domínio do STAL não enviou para o domínio municipal qualquer parecer sobre a proposta do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, tal como consta do relatório dos serviços municipais de informática entregue aos Vereadores da câmara e que faz parte integrante dos documentos que acompanham a presente proposta. Considerou, por isso, cabalmente esclarecido e encerrado, o caso levantado pelos Vereadores da CDU relativamente às comunicações com o STAL. Lamentou, por fim, que a presente proposta justamente não venha a merecer o voto favorável de todos os Vereadores e Partidos Políticos. -----

O Senhor **Vereador João Afonso**, no uso da palavra, disse que o PSD irá votar favoravelmente a presente proposta, porque a mesma beneficia os trabalhadores, considerando que não faz muito sentido dizer que não se vota favoravelmente, porque não é exatamente aquilo que gostaríamos que a lei fosse. Disse ainda que a presente proposta tem cabimento legal, está enquadrada, melhorou a situação dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores que vivem em situações, em termos remuneratórios, muito fracas, muito débeis e muito baixas e, portanto, merece o apoio do PSD. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, em resposta ao Vereador Nuno Catarino, disse que a proposta que resolve os problemas dos trabalhadores é a presente proposta, porque o que diz nesta proposta é que o trabalhador sempre que desempenha estas funções tem direito a este subsídio, que este subsídio é para situações em que o trabalhador desempenhe situações



de risco e que é o encarregado que remete aos recursos humanos a informação dos dias que aquele trabalhador desempenhou as funções. Disse ainda que o Vereador diz que “o trabalhador está disponível para”, considerando que um técnico superior também pode dizer que “está disponível para”, e que a lei não pode ser analisada assim de forma “tão liberal”. Sublinhou que a presente proposta responde ao que a lei exige e cumpre este suplemento com os trabalhadores, que é da mais inteira justiça, que há muitos anos andavam a lutar e que só há três anos se conseguiu, pelo Governo do Partido Socialista. --

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que têm que ser sérios na discussão e não misturar os assuntos, porque o trabalhador, conforme a sua categoria, tem um descritivo das suas funções e que as funções operacionais são diferentes das funções de técnico superior, contudo, considerou que se um técnico superior pontualmente estiver sobre os mesmos riscos, também deve receber. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois do PSD e dois votos contra da CDU. -----

O Senhor Vereador Nuno Catarino, no uso da palavra, leu uma **declaração de voto**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“A CDU votou contra nesta proposta, por considerar que o Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) deve ser atribuído no nível alto, a todos os trabalhadores que exercem funções relacionadas com recolha e tratamento de resíduos, higiene urbana, saneamento, tratamento de efluentes, águas limpas para consumo, canis, asfaltamento de vias e cemitérios, não excluindo, outras funções que estando ligadas à higiene urbana e atendendo às condições de penosidade e insalubridade em que se realizam, são passíveis de identificar para a atribuição de SPI. -----

A CDU entende que o pagamento deste suplemento deve ter efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2023 e é diariamente devido aos trabalhadores identificáveis, pois há que atender ao facto de que a interpretação de “trabalho efetivamente prestado”, não pode ser lida à letra, antes tem que ter em conta a jurisprudência que define tal conceito, e que o situa na simples disponibilidade do trabalhador para a tarefa, pelo que, nessa circunstância, é sempre devido o SPI aos trabalhadores. -----

os Vereadores da CDU, não podem acompanhar mais este ataque aos direitos dos trabalhadores, no sentido da sua desvalorização e discriminação, uma vez que entendemos que a gestão PS, podia e devia, dentro da legalidade, ir mais além, contribuindo dessa forma para uma maior valorização do trabalho e dos trabalhadores do Município. -----



Finalmente, acrescentamos que caso esta proposta não fosse aprovada, como infelizmente para os trabalhadores, foi, a CDU apresentaria já para a próxima reunião de câmara uma proposta para discussão e votação que realmente defendesse os trabalhadores e atribuísse a todos os trabalhadores elegíveis, incluindo os dos SMAS, O SPI, no nível mais alto, e em todos os dias de trabalho.”. -----

2- PROPOSTA N.º 678/2023 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO - TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PESSOAL NÃO DOCENTE) REFEITÓRIOS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE MONTIJO, POETA JOAQUIM SERRA, PEGÕES, CANHA E SANTO ISIDRO E ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO -----

Considerando que: -----

- No ano letivo 2022/2023 houve um aumento significativo do número de alunos em vários estabelecimentos de ensino e conseqüentemente o aumento do número de refeições servidas nas escolas; -----
- Existe a necessidade de assegurar os procedimentos de higienização e limpeza dos espaços e equipamentos dos refeitórios escolares; -----
- É necessário reforçar as equipas afetas a alguns refeitórios escolares com o objetivo de adequar a dimensão das mesmas às tabelas de ratios de pessoal nas unidades de produção para o ano letivo 2023/2024; -----
- Ocorreram, durante o ano letivo 2022/2023, saídas de trabalhadores pelos mais diversos motivos, designadamente, rescisões de contrato e caducidades. -
- De acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual, prevê como motivo de celebração de contrato a termo resolutivo certo “fazer face ao aumento excepcional e temporário da atividade do órgão ou serviço”; -----
- Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP o órgão ou serviço pode recrutar trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, desde que esse recrutamento esteja nos limites contemplados no Plano de Recrutamento; ----
- Os postos de trabalho a ocupar estão previstos no Orçamento, Mapa de Pessoal e Plano de Recrutamento aprovados para o ano 2023. -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para abertura de procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado - termo resolutivo certo, cumprindo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Lei Geral do



Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual, para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Pessoal não docente) Refeitórios dos Agrupamentos de Escolas de Montijo, Poeta Joaquim Serra, Pegões, Canha e Santo Isidro e Escola Secundária Jorge Peixinho. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

III - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

1- PROPOSTA N.º 679/2023 - CÓDIGO DE BOA CONDUTA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO NO TRABALHO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTIJO -----

Proponho que: -----

A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 05/07/2023, titulada pela Proposta n.º 54/23, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. ----

“Considerando que: -----

1. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo incentivam o respeito e a cooperação entre todos os trabalhadores num ambiente de trabalho respeitoso e digno; -----
2. O Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, pretende defender os valores da não discriminação e de combate ao assédio no trabalho, servindo também de guia no âmbito da resolução de questões éticas, morais e comportamentais, nos termos legalmente impostos pela legislação em vigor; -----
3. Enquanto instrumento de suporte e orientação sobre os comportamentos esperados de cada um, o presente código cumpre as orientações legais em matéria de assédio; -----
4. Nos termos do artigo 75.º, n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, foi ouvido o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL), única entidade sindical com representação nos SMAS do município de Montijo; -----
5. No prazo previsto, o STAL pronunciou-se relativamente à proposta de Código de Boa Conduta, que se anexa, e as suas sugestões foram tidas como elementos de trabalho e parcialmente acolhidas; -----
6. O presente código visa ser um instrumento que tem como princípio a valorização de todos os trabalhadores dos SMAS, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipa, num ambiente de trabalho



saudável, facilitando através da promoção de valores éticos, morais e legais, com respeito pelo valor de não discriminação e de combate contra o assédio moral e sexual no trabalho, assegurando aos seus trabalhadores o direito a condições de trabalho que respeitem a sua dignidade individual. -----

Assim, propõe-se que o Conselho de Administração delibere: -----

- Ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 13.º, alínea f) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no artigo 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos artigos 71.º, n.º 1 alínea g) e h) e 75.º, n.º 1 da LTFP, aprovar o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho dos SMAS e enviar para aprovação da câmara municipal.”. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) -----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva não participou na votação da presente proposta em virtude de se encontrar ausente da sala de reuniões. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 680/2023 - REGULAMENTO INTERNO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTIJO -----

Proponho que: -----

A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 05/07/2023, titulada pela Proposta n.º 55/23, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. ----

"Considerando que: -----

1. A prevenção dos acidentes de trabalho, bem como do controlo de fatores de risco que possam afetar as pessoas no seu local de trabalho, são preocupações sempre presentes na atuação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo; -----

2. É necessário garantir um conjunto de condições que assegurem o respeito pelos trabalhadores, pelos seus direitos e qualidade de vida laboral, e que salvaguardem a sua saúde e segurança; -----

3. A elaboração da presente proposta de Regulamento de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual, resulta da necessidade de definição de regras de harmonização e procedimentos relacionados com a Segurança e Saúde no trabalho, que disciplinem e orientem a utilização, aquisição, distribuição, composição e manutenção do fardamento e EPI's; -----

4. A legislação existente impõe obrigações, tanto aos trabalhadores como aos SMAS, que importam cumprir, não só no sentido do dever, como também no



sentido da sensibilização e da colaboração, tendo a prevenção como suporte indispensável; -----

5. A proposta de Regulamento foi objeto de análise, sugestões e correções das várias unidades orgânicas dos SMAS e colheu parecer jurídico da Unidade Orgânica de Apoio Jurídico e Contencioso; -----

6. Nos termos do artigo 75.º, n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, foi ouvido o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL), única entidade sindical com representação nos SMAS do município de Montijo; -----

7. No prazo previsto, o STAL pronunciou-se relativamente à proposta de Regulamento, que se anexa, e as suas sugestões foram tidas como elementos de trabalho e parcialmente acolhidas; -----

8. O referido normativo visa regulamentar um conjunto de normas e procedimentos devidamente adaptados às exigências das atividades dos trabalhadores dos SMAS, com a finalidade de proteção dos mesmos face aos riscos profissionais, que não podem ser evitados por medidas de proteção coletiva. -----

Assim, propõe-se que o Conselho de Administração delibere: -----

- Ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 13.º, alínea f) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no artigo 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos artigos 71.º, n.º 1 alínea g) e h) e 75.º, n.º 1 da LTFP, aprovar a proposta de Regulamento Interno de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual dos SMAS e respetivos anexos, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos e enviar para aprovação da câmara municipal.”. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que no regulamento diz “que a manutenção dos fardamentos e EPI’S devem ser adequadas utilizando-se para efeito produto de limpeza que não coloque em casa as características e que tem que ser de acordo com as indicações do fabricante”, considerando que deveria haver uma lavandaria para a limpeza e gestão destes equipamentos e não ser os trabalhadores, que já ganham tão pouco, a adquirir o produto recomendado pelo fabricante. Considerou ainda que são as condições que os trabalhadores deveriam ter, porque os trabalhadores deviam ter um cacifo para a roupa de trabalho e para a roupa limpa de sair, porque não consegue conceber que trabalhadores que vão fazer aberturas de valas e estão em contacto com águas de saneamento, com águas



pluviais, depois vão para casa com fardamento, podendo contaminar outras pessoas. Disse ainda que estes são os investimentos prioritários, bem como as condições em que estão as oficinas, a higiene urbana e os jardins. Acrescentou que são fornecidas duas t-shirts que têm que durar dois anos, para além dos trabalhadores terem de prever a deterioração dos equipamentos e pedir atempadamente a substituição e ainda se o trabalhador não se apresentar condignamente “leva logo” um processo disciplinar, considerando que existem uma série de equívocos incompreensíveis. Ainda em resposta ao Senhor Presidente disse que a responsabilização tem sempre que existir da parte do trabalhador, ele é responsável e não deve entrar no trabalho se não tiver bem fardado, no entanto, considerou que quando por algum motivo o trabalhador não tem o equipamento, primeiro tem que se averiguar a razão e não é colocar de imediato um processo disciplinar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, informou que os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento sempre cumpriram com as regras do fardamento, que nunca foi proposto qualquer processo disciplinar por esse facto, e que o previsto na proposta de regulamento segue o histórico existente nos serviços. Sublinhou ainda que desconhece um município que atribua fardamento aos trabalhadores e não os responsabilize pela utilização de um bem público. Esclareceu ainda que os trabalhadores dispõem de balneários e de cacifos individuais para a troca de roupa. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois do PSD e duas abstenções da CDU. -----

I - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA -----

4-PROPOSTA N.º 681/2023 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CÍRIO DA AZÓIA PARA CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA PARA UTENTE COM MOBILIDADE REDUZIDA -----

CONSIDERANDO QUE: -----

A) A Associação Círio da Azóia, sediada no Concelho de Sesimbra, solicitou ao Município do Montijo apoio financeiro para construção e montagem de instalação sanitária para utentes com mobilidade reduzida, nas suas instalações na Atalaia, no valor de € 2.120,00 (dois mil cento e vinte euros); -----

B) A Associação Círio da Azóia tem implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e faz parte integrante das Festas em Honra da Nossa Senhora da Atalaia; -----

C) O Círio da Azóia é um dos círios que continua a venerar a Nossa Senhora da Atalaia; -----



D) O Círio da Azóia tem um recinto próprio na Atalaia, onde convivem e dormem os festeiros, e que é considerado património de interesse cultural da freguesia da Atalaia; -----

E) Compete à Câmara Municipal, no âmbito das suas atribuições, deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município; -----

F) O apoio financeiro tem cabimento através da rubrica orçamental 0102/04070199, conforme informação de cabimento n.º 2023/1641, em anexo. PROPONHO: -----

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar: -----

1) A atribuição de apoio financeiro à Associação Círio da Azóia, pessoa coletiva n.º 503764701, no valor de € 2.120,00 (dois mil cento e vinte euros), para construção e montagem de instalação sanitária para pessoas com mobilidade reduzida nas suas instalações na Atalaia; -----

2) Que a atribuição do apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto do n.º 1, do art.º 4, da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e quatro minutos, interrompeu-se o período Antes da Ordem do Dia e deu-se início ao período de **intervenção do público**, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A senhora munícipe **Patrícia Teixeira**, interveio, na qualidade de dirigente do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, para dizer que se dirige a esta reunião, porque é um espaço de participação e uma vez que foi dito pela senhora Vereadora Maria Clara, na reunião de dia quatro de julho, que a câmara não teria recebido o e-mail, cujo conteúdo se referia ao suplemento de penosidade e insalubridade. Disse ainda que, vem aqui entregar, não só o parecer, como a cópia do envio do referido email, que foi enviado no passado dia vinte de março às dezassete horas e trinta minutos. Referiu ainda que, com reposição física do documento, o STAL espera resposta ao parecer. Disse ainda que queria lembrar que não houve respostas concretas, até hoje, sobre o caderno reivindicativo, que é um documento



construído pelos trabalhadores e o seu sindicato, listando entre outros, os locais de trabalho que carecem de intervenção urgentíssima, exemplificando o sector de obras, higiene e limpeza e os jardins, e que, na reunião de dezasseis de março do ano passado, foi dito que seriam lançados concursos, mas o certo é que os trabalhadores continuam a ter instalações desumanas, que o executivo sabe destas condições, mas que não concretizam aquilo que é devido, que consiste em arranjar instalações dignas para os trabalhadores. Entregou em mão o email que o STAL diz ter enviado, o qual se encontra junto ao maço de documentos referentes à presente reunião. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu a intervenção da cidadã e informou que o período de intervenção do público não se destina a intervenções das estruturas sindicais, mas sim para que os cidadãos e munícipes questionarem de forma participativa as grandes questões da cidade, contudo, não impediu a intervenção da delegada do STAL, porque considera sempre importante ouviu as preocupações dos sindicatos, ainda assim, não pretende responder ao sindicato fora dos canais de diálogo com as estruturas sindicais. Contudo, relativamente documento sobre o Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), informou o STAL que não recebe documentos em mão e fora do prazo legal, em violação dos mais básicos canais das relações institucionais e da negociação coletiva, sublinhado que o documento apresentado é a prova provada de que o STAL não quis participar em tempo na proposta municipal do Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Disse que após os Vereadores da CDU terem afirmado que o STAL tinha enviado para o município um parecer, foi solicitado aos serviços de informática a confirmação dessa comunicação eletrónica, tendo os serviços de informática apresentado relatório das comunicações, entre o domínio da Câmara Municipal de Montijo e o domínio do STAL, que demonstra de forma inequívoca a inexistência de mensagens informática do parecer do STAL sobre o Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Confirmou assim que os serviços municipais nunca receberam qualquer parecer do STAL sobre a proposta do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, a qual tinha sido encaminhada em devido tempo para parecer das estruturas sindicais. Relativamente aos novos espaços municipais para os trabalhadores operários, ripristinou toda a informação anteriormente transmitida aos representantes do STAL, estando o processo agora em fase final, com a elaboração do projeto concreto para os novos espaços municipais para acomodar os Assistentes Operacionais dos serviços municipais de Obras, Parque Auto e Serviços Urbanos. -----

O senhor munícipe **Fernando Eusébio**, interveio para informar que, uma vez mais o Clube Desportivo Cultural e Recreativo “Os Unidos” foi assaltado e para



dizer que já havia dito que existe uma zona de iluminação pública, na envolvente do próprio clube, que se encontram com algum problema e está bastante escuro e ainda que as árvores que estão em cima dos candeeiros tapa toda a iluminação. Disse ainda que o clube colocou projetores com sensores e que devido a isso deixaram de partir as janelas laterais, contudo, começaram a “atacar” a parte da frente, no qual danificaram toda a porta. Questionou, uma vez mais, para quando a requalificação do campo municipal do Esteval, porque queriam inscrever o clube na Associação de Futebol de Setúbal e que será muito difícil terem horas para os treinos no Campo Municipal da Liberdade, considerando que esse é o campo ideal para o clube devido à sua proximidade. Questionou ainda sobre se o pavilhão da Escola Poeta Joaquim Serra, estará apto a jogos oficiais, e que teve informação de que este ano, haverá mais coletividades a querer horas nos pavilhões e que noutra clube já lhe foi retirado algumas horas e também alguns dias. Disse saber que o Clube do Olímpico, também irá entrar na modalidade de futsal, considerando que vai ser um grande problema, porque além do clube ter muitos sócios, também tem muitos atletas. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu a intervenção do munícipe e lamentou novamente o assalto, esperando que as autoridades policiais possam atuar e dissuadir os assaltantes, disponibilizou o município para qualquer necessidade da coletividade. Relativamente ao espaço público envolvente, disse que a iluminação pública será melhorada e que as árvores serão podadas para formação da copa. Quanto ao campo municipal do Esteval, informou que existem orçamentos em avaliação pelos serviços orçamentistas, e que pretendem construir o relvado sintético durante o corrente ano. Relativamente ao Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, informou que as obras foram finalizadas, embora existam outras necessidades que vão ser concretizadas futuramente, por exemplo, a colocação de novo piso desportivo. Passou a palavra ao Vereador José Manuel Santos, para esclarecimentos adicionais. -----

O Senhor **Vereador José Manuel Santos**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e esclareceu que os procedimentos estão a decorrer, considerando que muito em breve existirá uma solução para a colocação dos relvados sintéticos. Relativamente à ocupação dos pavilhões, disse que neste momento não está negociado com nenhum clube, qualquer retirada de horas, nem acréscimo das mesmas. Quanto ao piso do pavilhão da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, considera que o procedimento a decorrer está quase a terminar, no sentido de este ano possa ainda ser colocado. -----



O senhor munícipe **José Manuel Ferreira**, interveio para dizer que existem placas identificadoras danificadas, uma junto ao supermercado Modelo e outra na ciclovia, junto à rotunda da Força Aérea. Disse ainda que junto ao supermercado Mercadona, encontra-se uma ponte em madeira que está danificada há bastante tempo, no entanto, o seu estado agravou-se e está coberta com ramos de folhas de árvores. Questionou sobre se no Montijo existe algum serviço de lavagem e desinfeção dos caixotes do lixo, considerando que cada vez mais se torna necessário, principalmente na época de verão e ainda que se devia etiquetar o caixote do lixo por forma a informar que esse serviço tinha sido efetuado. Questionou ainda sobre se existe alguma data definida para a pavimentação da circular externa e se depois de terminar as obras na A33, se vão haver portagens “scut”, considerando que se for esse o caso, vai haver uma invasão rodoviária dentro do concelho e que é uma situação a ter em linha de conta, porque irá prejudicar a vida a muitas pessoas, não só os montijenses, como também quem reside em outros concelhos, porque todas as obras têm a finalidade de alcançar resultados, resultados esses que são sempre à custa do contribuinte. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu a intervenção do munícipe e informou que a responsabilidade pela manutenção das placas toponímicas é presentemente competência das Juntas de Freguesia, no entanto, perante o alerta do munícipe, os serviços municipais vão procurar resolver o problema apresentado. Informou ainda o munícipe que, a placa toponímica danificada junto à rotunda da Praça da Força Aérea, é o resultado de um acidente rodoviário, pelo que foi acionado o ressarcimento dos prejuízos municipais junto da seguradora responsável, e por isso, é um processo que naturalmente vai ser mais demorado. Relativamente à manutenção da ponte ciclável sobre a vala do Afonsoeiro, informou que o problema está identificado e aguarda resolução pelos serviços, estando previsto a substituição das guardas em inox por outro material, evitando assim novos furtos de ferro. Quanto ao serviço de lavagem e higienização de contentores, informou que o mesmo está a ser regularmente executado, conforme previsto no contrato de serviços de recolha e limpeza de contentores, e aceitou que a colocação de um selo melhorava a comunicação das lavagens efetuadas. Quanto à pavimentação da segunda fase da Estrada Circular Externa, informou que a obra está programada no Plano Plurianual de Investimentos municipais para 2023, e que espera desenvolver o procedimento administrativo da obra até final do ano. Quanto às obras de alargamento da A33, informou novamente que não se encontra prevista a colocação de portagens eletrónicas, porque é a única via de nível nacional que liga Montijo, Alcochete, Moita e Barreiro. Considerou que, perante



a legislação em vigor, é obrigatório a existência de pelo menos uma via nacional de ligação entre as povoações, as portagens eletrónicas estão legalmente proibidas. Esclareceu que os novos pórticos avistados pelos automobilistas são necessários para colocação de novos sinais direcionais, em resultado do alargamento da via, de duas para três faixas para cada lado, e não se destinam aos apoios para portagens eletrónicas. Lembrou que a A33 apenas tem portagens no troço entre o Barreiro e Almada, contruído no modelo de concessão rodoviária, durante o Governo do PSD e CDS-PP. Disse que, desde essa altura, a Câmara Municipal de Montijo opôs-se sempre à instalação de portagens na A33, e mantém a sua posição baseada no cumprimento da lei. ---

A senhora munícipe **Joana Moser Vasconcelos**, interveio, na qualidade de representante dos pais da Escola dos Afonsos - Escola Básica Foros das Craveiras Norte para solicitar informação sobre o fornecimento dos almoços para o próximo ano letivo da própria escola. Disse que “o facto de não existir um refeitório, traz-nos, todos os anos a esta câmara com o reiterado pedido para a vossa especial atenção na reversão desta situação. Como continuamos à espera da melhoria das condições gerais das escolas que virá com a construção do centro escolar de Pegões e como o próximo ano letivo está já à porta, enquanto pais solicitamos que o procedimento de fornecimento de almoços se mantenha, tal como nestes últimos três anos, a ser realizado na própria escola dos Afonsos. O nosso pedido vem no sentido de as crianças, ao serem deslocadas para outra escola, para tomarem a sua refeição, para além do risco obvio a que são expostas num percurso de cerca de 5km (ida e volta) numa estrada nacional e que deve ser prioritariamente evitado, vão também perder tempo de qualidade, da sua hora de almoço, para comer e para brincar, um momento tão importante e que tanto influencia o bem estar e a capacidade de concentração dos nossos filhos com claros resultados no aproveitamento e comportamento a vários níveis. As aulas decorrem maioritariamente em tempo de Outono e Inverno, o que faz com que a exposição ao frio e à chuva, em deslocações evitáveis, pode mesmo afetar a saúde das crianças. Pedimos por isso que as refeições sejam fornecidas na própria escola dos Afonsos no próximo ano letivo, como tem sido até aqui, para o bem e na defesa das melhores condições dos nossos filhos, isto enquanto esperamos pelo muito bem-vindo e bem-anunciado Centro Escolar de Pegões. Pedimos a vossa melhor atenção para este nosso pedido.”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu a intervenção da munícipe e disse não ter presente qualquer alteração ao fornecimento de refeições na Escola Básica dos Afonsos, mas que irá solicitar melhor informação junto dos serviços de educação. Quanto às escolas de



Pegões, disse esperar que estes sejam os últimos anos em que as crianças continuam nas escolas mais antigas da Freguesia, porque pretendem em breve lançar o concurso público para a construção do Centro Escolar de Pegões, tal como está programado na candidatura realizada aos fundos comunitários do Portugal 2030. Passou a palavra à Vereadora Maria Clara Silva para esclarecimentos adicionais. -----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, disse que o próximo ano letivo está ainda a ser organizado, que há pais que também não concordam que os alunos comam na escola, por isso, a Câmara Municipal, durante o mês de agosto, em conjunto com o agrupamento irá analisar a situação e tomar a decisão definitiva. -----

O senhor munícipe **Mário Baliza**, interveio para solicitar que na Avenida Adriano Correia de Oliveira, principalmente junto à sua residência, sejam retiradas as ervas e que seja limpa, porque há mais de três meses que não é limpa, acrescentando que já por diversas vezes contactou os serviços, mas que nada foi feito. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu a intervenção do munícipe e disse que os serviços municipais responsáveis irão ter atenção ao assunto abordado pelo munícipe, informando que a equipa de corte de ervas, contratada pela Câmara Municipal de Montijo, encontra-se atualmente a realizar trabalhos no Bairro do Saldanha. -----

Não tendo existido mais intervenções do público presente, deu-se por terminado o período de **intervenção do público** e retomou-se o período **Antes da Ordem do Dia**. -----

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de outubro de 2021, titulada pela Proposta n.º 01/2021, tendo para o efeito sido assinadas pelo Senhor Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** declarou encerrada a reunião pela uma hora e doze minutos do dia seguinte, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, *D. Ad. Cristina Pinto Correia*, Técnica Superior da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
CÂMARA MUNICIPAL

Livro 32
Folha 367

-----O Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Nuno Ribeiro Canta -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor.

